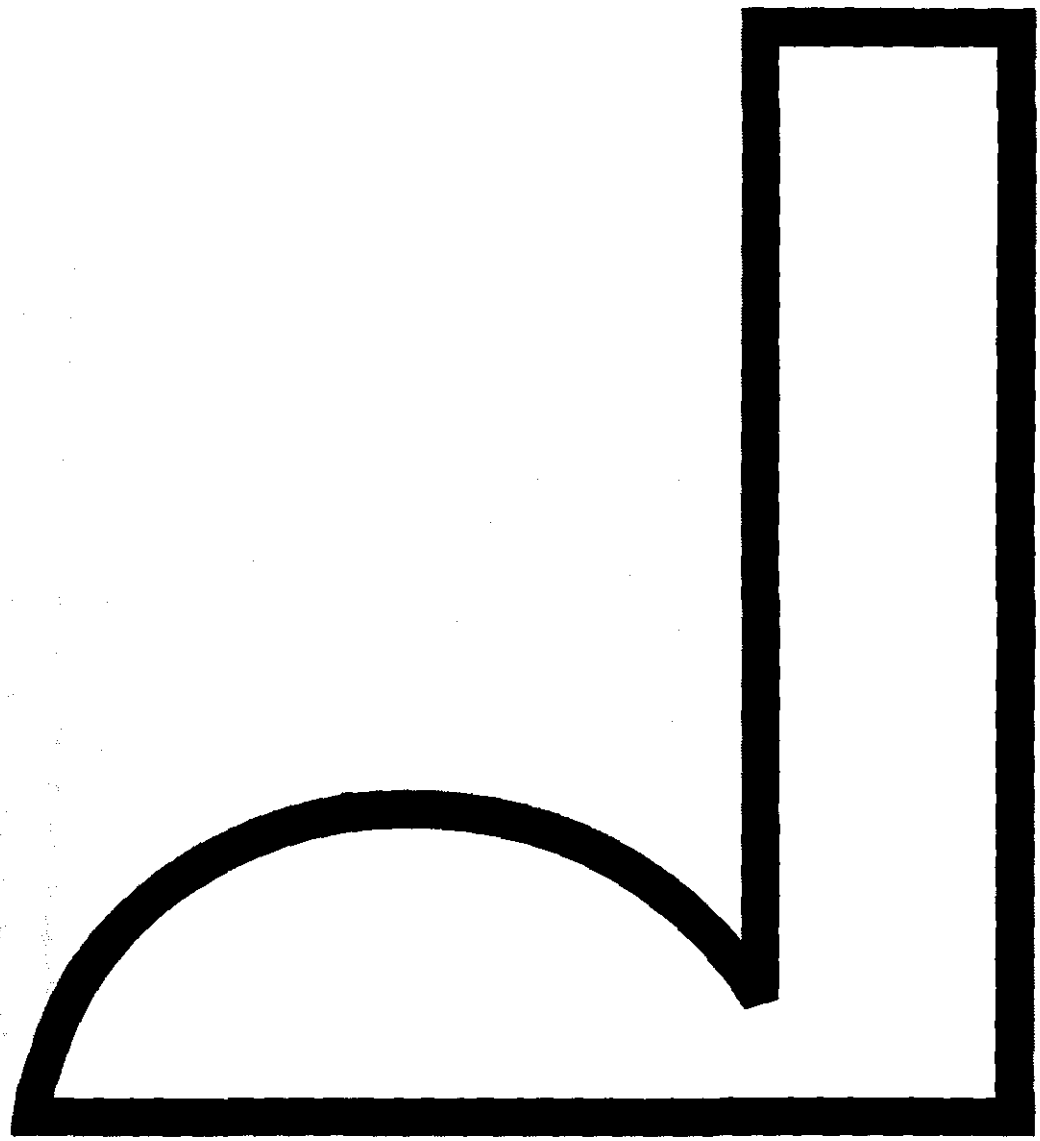
República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LV – Nº 165 – SÁBADO, 21 DE OUTUBRO DE 2000 – BRASÍLIA – DF

MESA

Presidente *Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA* **1º Vice-Presidente** *Geraldo Melo – PSDB – RN* **2º Vice-Presidente** *Ademir Andrade – PSB – PA* **1º Secretário** *Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB* **2º Secretário** *Carlos Patrocínio – PFL – TO*	**3º Secretário** *Nabor Júnior – PMDB – AC* **4º Secretário** *Casildo Maldaner – PMDB – SC* **Suplentes de Secretário** *1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP* *2º Lúdio Coelho – PSDB – MS* *3º Jonas Pinheiro – PFL – MT* *4º Marluce Pinto – PMDB – RR*

CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor[1] *Romeu Tuma – PFL – SP* Corregedores Substitutos[1] *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Vago* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE*	**PROCURADORIA PARLAMENTAR** Procuradores[2] *Amir Lando – PMDB – RO* *Ramez Tebet - PMDB - MS* *Alberto Silva - PMDB - PI* *Djalma Bessa – PFL – BA* *Bernardo Cabral - PFL - AM*

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO Líder *José Roberto Arruda* Vice-Líderes *Romero Jucá* *Moreira Mendes* **LIDERANÇA DO PFL - 21** Líder *Hugo Napoleão* Vice-Líderes *Edison Lobão* *Francelino Pereira* *Romeu Tuma* *Eduardo Siqueira Campos (3)* *Mozarildo Cavalcanti* Vago Vago	**LIDERANÇA DO PMDB – 26** *Líder* *Jader Barbalho* *Vice-Líderes* *José Alencar* *Iris Rezende* *Amir Lando* *Ramez Tebet* *Gilberto Mestrinho* *Renan Calheiros* *Agnelo Alves* *Vago* **LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV) – 10** *Líder* *Heloísa Helena* *Vice-Líderes* *Eduardo Suplicy* *Sebastião Rocha* *Jefferson Péres*	**LIDERANÇA DO PSDB - 14** Líder *Sérgio Machado* Vice-Líderes *Osmar Dias* *Pedro Piva* *Romero Jucá* Antero Paes de Barros **LIDERANÇA DO PPB – 2** Líder *Leomar Quintanilha* Vice-Líder *Vago* **LIDERANÇA DO PPS – 3** Líder *Paulo Hartung* Vice-Líder *Vago* **LIDERANÇA DO PSB – 3** Líder *Roberto Saturnino* Vice-Líder *Vago* **LIDERANÇA DO PTB - 1** Líder *Arlindo Porto*

(1) Reeleitos em 2/04/1997
(2) Designação: 30/06/1999
(3) Afastado em 30/03/2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal *Claudionor Moura Nunes* Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações *Júlio Werner Pedrosa* Diretor da Subsecretaria Industrial	*Raimundo Carreiro Silva* Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal *Márcia Maria Corrêa de Azevedo* Diretora da Subsecretaria de Ata *Denise Ortega de Baere* Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 13.10.2000

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 139ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000 (nº 608/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente. À Comissão de Educação. 20821

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.007, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2000 (nº 336/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansanção, Estado da Bahia. 20832

Nº 1.008, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2000 (nº 349/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 20832

Nº 1.009, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2000 (nº 352/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Thomazella, Pavan & Cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná. 20833

Nº 1.010, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2000 (nº 357/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia. 20834

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, lido anteriormente. 20835

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 20835

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 20835

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Solimões. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 20835

1.2.4 – Ofícios

Nº 188/2000, de 18 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 20835

Nº 27/2000, de 19 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 20835

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Comentários à IV Conferência de Ministros de Defesa das Américas, realizada em Manaus/AM. Defesa de

um programa de ocupação e desenvolvimento do interior do Brasil..... 20835

SENADOR *TIÃO VIANA* – Apelo ao Poder Executivo para intervenção diplomática no Oriente Médio com vistas a contribuir para a consecução da paz..... 20839

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Repúdio à matéria veiculada pela revista **Carta Capital**, edição de 11 de outubro do corrente, intitulada "Privatização da Eletrobrás", que faz acusações acerca de supostas irregularidades da gestão daquela companhia. Transcrição da nota de esclarecimento da diretoria da Eletrobrás..... 20841

SENADOR *ALVARO DIAS* – Refutação às críticas contra a CPI do Senado Federal sobre o Futebol..... 20849

SENADOR *JULIO EDUARDO* – Posicionamento sobre os ideais programáticos do Partido Verde no Brasil. Elogios ao Congresso Nacional pela aprovação, ontem, de crédito suplementar para o Programa Amazônia Solidária..... 20853

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Considerações sobre as dificuldades na comercialização da safra de arroz do Estado de Mato Grosso..... 20867

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Importância da geração de energia para dar sustentação ao desenvolvimento econômico. Registro da antecipação do cronograma de construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães..... 20869

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 209, de 2000 (nº 1.474/2000, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 28 do corrente, a fim de realizar visita ao Reino da Espanha. À publicação..... 20870

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *GILVAM BORGES* – Homenagens ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela condução da política econômica do País..... 20870

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Considerações sobre o documento Balanço Social, divulgado pela Caixa Econômica Federal..... 20871

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 132ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 10 de outubro de 2000 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subseqüente. 20873

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.072, de 2000..... 20874

Nº 1.073, de 2000, referente ao servidor Fábio André Pinto e Silva..... 20875

Nº 1.074, de 2000, referente ao servidor Antonio Evangelista Vaz..... 20876

Nº 1.075, de 2000, referente ao servidor Carlos Arthur Pereira..... 20877

Nº 1.076, de 2000, referente ao servidor Jonas Barbosa da Silva..... 20878

Nº 1.077, de 2000, referente ao servidor Josecler Gomes Moreira..... 20879

Nºs 1.078 e 1.079, de 2000..... 20880

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 139ª Sessão Não Deliberativa em 20 de outubro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Nabor Júnior Leomar Quintanilha e Ramez Tebet

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 236, DE 2000

(Nº 608/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de julho de 1999, que renova por quinze anos, a partir de 20 de agosto de 1996, a concessão da TV Ômega Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 975, DE 1999

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49. inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 22 de julho de 1999. que "Renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente".

Brasília, 26 de julho de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 98/MC

Brasília, 21 de julho de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53770.000094/96. em que a TV Manchete Ltda., solicita renovação da

concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente, outorgada conforme Decreto nº 85.842, de 25 de março de 1981, retificado pelo Decreto nº 87.226, de 31 de maio de 1982, por quinze anos, a partir de 20 de agosto de 1981, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2 – Ressalte-se que, no curso dos procedimentos da renovação, foi autorizada a transferência direta da concessão para a TV Ômega Ltda., conforme Decreto de 14 de maio de 1999,

publicado no Diário Oficial da União do dia 17 subseqüente.

3 – Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

4 – Com essas observações, lícito é concluir-se que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determinam, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

5 – Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 20 de agosto de 1996, já em favor da TV Ômega Ltda.

6 – Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art 223 da Constituição.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga,** Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 22 DE JULHO DE 1999

Renova a concessão outorgada á TV Ômega Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000094/96, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 20 de agosto de 1996, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente, originariamente outorgada à TV Manchete Ltda., pelo Decreto nº 85.842, de 25 de março de 1981, retificado pelo Decreto nº 87226, de 31 de maio de 1982, e transferida para a TV Ômega Ltda., pelo Decreto de 14 de maio de 1999.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 1999; 178º da Independência e 111º da República. – **MARCO MACIEL – Pimenta da Veiga.**

JUCESP PROTOCOLO
328641/99-6

I. R. E.
IGULAR
TRIZ
LIAL

TV ÔMEGA LTDA.

CGC/MF N.º 02.131.538/0001-60

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, AMILCARE DALLEVO JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, titular da cédula de identidade R.G. n.º 8.161.121 - SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 899.983.088-87, domiciliado e residente na Alameda Diamante, n.º 930, Alphaville IX, Município de Santana de Parnaíba, neste Estado; e MARCELO DE CARVALHO FRAGALI, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro , titular da cédula de identidade R.G. n.º 5.884.364 SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 013.991.098-04, domiciliado e residente na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Itapirapuã, n.º 91, únicos sócios componentes da sociedade civil, por quotas de responsabilidade limitada, denominada 'TV ÔMEGA LTDA.", inscrita no CGC/MF sob n.º 02.131.538/0001-60, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - SP sob n.º 35215633309, em 12 de abril de 1999, resolvem de comum acordo, alterar o contrato social, da seguinte forma:

Primeiro - alterar a sede da empresa para a Rua Bahia, n.º 205, Centro Industrial e Empresarial Alphaville – Município de Barueri – Estado de São Paulo; e abrir uma filial na Alameda Madeira, 53 1.º andar, sala 16 – Edifício Station Square, Centro Comercial de Alphaville – Município de Barueri – Estado de São Paulo.

Segunda - Em decorrência do endereço e a abertura de uma filial, a CLÁUSULA PRIMEIRA do contrato social, passa a vigorar, em sua integridade, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Da denominação, sede, prazo de duração e objeto social.

1. A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada e girará sob a denominação de "TV Ômega Ltda.".

2. A sociedade possui os seguintes estabelecimentos:

TABELIÃO DE NOTAS
S. Paulo 21 SET. 1999
Em test.º ..... da verdade.
OSEAS LOPES DE LIMA - FRANCISCO COLEONE
CARLOS EDUARDO CELESTINO
ESCREVENTES AUTORIZADOS - R$ 0,81

Matriz: Sito à Rua Bahia, n.° 205, Centro Industrial e Empresarial Alphaville – Município de Barueri – Estado de São Paulo – CEP: 06455-110;
CGC/MF: 02.131.538/0001-60;
Inscr. Estadual: 206.107.110.118;
Inscr. Municipal: 5-23.276-8.
Filial: Sito à Alameda Madeira, n.° 53 1° Andar, sala 16, Edifício Station Square, Centro Comercial de Alphaville – Município de Barueri – Estado de São Paulo – CEP: 06454-000.
Com destaque de capital para fins fiscais de R$ 100,00 (cem reais).

3. O prazo da sociedade é indeterminado.

4. A sociedade tem por objeto:

a) produção e realização de programas de Interação em Televisão assim entendida como aquela que possibilita ao Telespectador, através de ligação telefônica, uma participação ou interação em programa veiculado por diferentes meios de comunicação;

b) telepesquisa, assim entendida como o serviço que informa, em tempo real, a totalização da qualidade de chamadas para determinados números de telefones, previamente definidos, a respeito de temas veiculados ou transmitidos pelos meios de comunicação;

c) telemarketing, através de algum meio de comunicação, em que mercadorias expostas à venda podem ser adquiridas pelo telefone, através da seleção de alternativas pelo teclado ou disco do aparelho telefônico, ou contato com operadora;

d) serviços de informação sobre diferentes assuntos através de telefone, por meio de voz sintetizada ou fax, através da seleção de alternativas pelo teclado ou disco do aparelho telefônico ou contato com operadora;

e) serviço de transmissão de publicações através de telefone, por meio de FAX, pelo qual são transmitidas edições completas ou sumarizadas dos jornais do dia, através da seleção de alternativas pelo teclado ou disco do aparelho telefônico;

f) toda e qualquer atividade não expressamente citada nos itens anteriores mas que seja necessária à execução das mesmas, exceto as que dependam de autorização especifica dos órgãos competentes;

g) produção e realização de programas de Televisão, criação e produção de filmes e video-tapes publicitários, educativos ou científicos, de qualquer metragem ou dimensão, fotografias, "jigles", "spots", trilhas sonoras,

dublagens e outros serviços afins, destinados a qualquer modalidade de exibição, podendo ainda, criar e produzir projetos, promover eventos em qualquer parte do território nacional e no exterior, bem como importar e exportar equipamentos utilizáveis em suas atividades;

h) instalação e exploração de estações radiodifusores (rádio e televisão), serviços auxiliares de radiodifusão e serviços de telecomunicações em conformidade com o Decreto de transferência de concessão do Sr. Presidente da República de 14 de maio de 1.999, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 1.999, e outras outorgas de autorizações e permissões. A execução dos serviços de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa ou recreativa, bem como, subsidiariamente, a exploração da publicidade ou propaganda comercial ou institucional. Poderá ainda, a Sociedade, exercer atividades correlatas, tais como a importação, exportação e a comercialização de programas de rádio e televisão, gravados ou não, bem como de filmes e fitas magnéticas virgens ou gravadas e a realização de espetáculos artísticos de qualquer natureza;

i) participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

CLÁUSULA SEGUNDA
Do capital e das quotas

1. O capital social é de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), integralmente realizado e dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, do valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Nome	N.º de Quotas	Valor R$
Amilcare Dallevo Júnior	1.000.000	1.000.000,00
Marcelo de Carvalho Fragali	500.000	500.000,00
Totais	1.500.000	1.500.000,00

2. A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.

3. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

4. As quotas não poderão se cedidas e/ou transferidas ou por qualquer forma alienadas e/ou oneradas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, salvo aprovação exoressa de sócios representando a maioria do capital social e respeitado o direito de preferência assegurando aos demais sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA
Da diretoria e suas atribuições

1. A gerência da sociedade será exercida pelos sócios Amilcare Dallevo Júnior e Marcelo de Carvalho Fragali, a título de diretores, já qualificados neste instrumento, independentemente de caução.

2. Cada Diretor terá direito a uma retirada mensal que será fixada pelos sócios, de comum acordo, levada a débito de "Despesas Gerais".

3. A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; de representação da sociedade em Assembléia Gerais ou Reuniões de Quotistas de outras empresas, das quais participe; transigir, renunciar, desistir, fazer operações de crédito, contrair responsabilidades e obrigações; adquirir, permutar, onerar ou alienar bens imóveis, ações ou quotas de capita de outras empresas das quais participe.

4. A sociedade considerar-se-á obrigada, quando representada:

   a) isoladamente, pela assinatura de qualquer Diretor, ressalvado o disposto no parágrafo 1° desta cláusula;

   b) conjuntamente, por dois procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão do poderes que nele se contiveram;

   c) isoladamente, por um procurador, quando assim designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Parágrafo 1° Nos atos de alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente, a sociedade somente poderá ser representada pelos dois Diretores.

Parágrafo 2° Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão prazo de vigência determinado.

CLÁUSULA QUARTA

Das Deliberações sociais

1. As deliberações sociais serão tomadas por sócios representado a maioria do capital social, sendo válidos para registro e demais efeitos legais, os instrumentos de alteração contratual subscritos por sócio ou sócios que representem essa maioria.

2. O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, notificando deste seu propósito aos demais sócios, por escrito, contra recibo.

3. Nos 60 (sessenta) dias seguintes à mencionada notificação será feito um balanço geral com base na data da mesma notificação. Os haveres que assim forem apurados serão pagos ao sócio interessado na retirada nos seguintes prazos e condições: 10% (dez por cento) à vista, e o saldo em 12 (doze) parcelas iguais, sucessivas e mensais, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano.

4. No elaborar-se mencionado balanço de apuração de haveres, não serão considerados os lucros, ou perdas, ulteriores à notificação de retirada, se não forem consequência direta de atos anteriores a esse evento.

5. As quotas reembolsadas ao sócio dissidente poderão ser adquiridas pela própria sociedade, nas condições previstas em lei, ou pelos sócios remanescentes na proporção das respectivas participações no capital social.

CLÁUSULA QUINTA

Do falecimento, incapacidade ou separação judicial dos sócios

1. A sociedade não se dissolverá por morte de qualquer dos sócios, continuando com os sócios remanescentes e com os herdeiros ou sucessores do sócio pré morto, se for o caso, nas condições previstas nesta cláusula.

2. Ocorrendo o falecimento de sócios, seus herdeiros ou sucessores poderão sucedê-lo na sociedade observando-se o que for decidido na partilha do Espólio, desde que comuniquem à sociedade de sua intenção de nela continuar, por escrito, contra recibo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do falecimento.

3. Por decisão de sócios que representem a maioria do capital social, poderá ser recusada a admissão dos herdeiros ou sucessores de que trata o item 2 anterior, na sociedade. Nesta hipótese, nos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da notificação supra referida, deverá ser feito um balanço

geral, com base na data do falecimento do sócio, para a apuração de seus haveres, que serão pagos ao Espólio, na forma estabelecida no item 3, da cláusula Quarta deste instrumento.

4. No elaborar-se o balanço referido no item anterior, não serão computados os lucros ou perdas posteriores à data do falecimento do sócio, se não forem consequência direta de atos anteriores àquela data.

5. Para deliberação acerca da admissão dos herdeiros ou sucessores do sócio, o direito de voto das quotas de capital do sócio pré morto será exercido pelos mesmos herdeiros ou sucessores, participando, portanto, da formação do "quorum" de deliberação de que trata o item 1, da cláusula Quarta deste contrato.

6. As quotas reembolsadas aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido poderão ser adquiridas pela própria sociedade, nas condições previstas em lei, ou pelos sócios remanescentes na proporção das respectivas participações no capital social.

7. O procedimento previsto nesta cláusula se aplica, no que couber, aos casos de incapacidade, interdição e insolvência de qualquer sócio.

8. Em caso de separação judicial ou divórcio de qualquer dos sócios, ou meação, que implique em alteração da titularidade das quotas em virtude de partilha, o cônjuge que receber quotas sociais poderá optar por ingressar na sociedade, desde que os demais sócios aceitem tal participação, observadas as mesmas condições previstas nesta cláusula; caso não haja interesse do novo titular das quotas, ou caso a sociedade recuse o respectivo ingresso, as quotas correspondentes serão reembolsadas na forma prevista nesta mesma cláusula.

CLÁUSULA SEXTA
Do direito de preferência

1. Respeitado o disposto no item 4, da cláusula Segunda supra, o sócios que desejar alienar suas quotas a qualquer título, a terceiros, deverá comunicar aos demais sócios sua intenção, por escrito indicando o nome do pretendente e o valor ajustado da alienação.

2. Nos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da notificação de que trata esta cláusula, os demais quotistas poderão exercer seu direito de preferência para a aquisição das quotas ofertadas. Se qualquer dos quotistas notificados não exercer o direito de preferência, os demais terão o prazo adicional de 30 (trinta) dias para adquirir, pró rata, as quotas.

3. Decorrido o prazo adicional a que se refere o item 2 anterior, sem que os quotistas exerçam o seu direito de preferência, e desde que aprovada a operação por sócios que representem a maioria do capital social, a venda poderá ser contratada com o ofertante, nos 90 (noventa) dias subsequentes, nas exatas condições da oferta; decorrido esse prazo sem que se efetive a cessão, se o quotista notificante desejar alienar suas quotas, deverá renovar o procedimento estabelecido nesta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA
Dos lucros e sua aplicação

1. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão levantadas as Demonstrações Financeiras, de conformidade com as prescrições legais, contratuais e fiscais, facultando-se à Diretoria levantar balanços em qualquer período do ano.

2. Os lucros apurados em balanço terão o destino que for deliberado por sócios que representem a maioria do capital social.

3. Os lucros líquidos serão partilhados entre os sócios na proporção de suas respectivas quotas no capital social; em igual proporção serão partilhados os eventuais prejuízos.

CLÁUSULA OITAVA
Da dissolução da sociedade

1. A sociedade entrará em liquidação e dissolução, nos casos legais, ou quando assim deliberarem sócios representando a maioria do capital social. Em ambas as hipóteses, essa mesma maioria deverá eleger o liquidante e fixar a data do encerramento da liquidação.

CLÁUSULA NONA
Da disposições gerais

1. É vedado aos sócios caucionar, ou, de qualquer forma empenhar suas quotas de capital, no todo ou em parte.

2. Declaram os sócios que não estão em cursos, em crimes, que videm ainda que temporariamente, o exercício de atividades *mercantis*.

3. Os casos omissos serão regulados pelo Decreto Federal n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, no que forem aplicáveis, pelas prescrições da Lei das Sociedades Por Ações.

E, por estarem em tudo justo e contratados, firmam o presente em 03 vias de igual teor, diante das testemunhas.

Barueri - SP, 21 de junho de 1.999

25º Martin Prado

AMILCARE DALLEVO JUNIOR
CPF: 899.983.088-87
RG.: 8.161.121 / SSP

MARCELO DE CARVALHO FRAGALI
CPF: 013.991.098-04
RG.: 5.884.364 – SSP

Testemunhas:

José Emilio Gardin
CPF: 769.040.168-68
RG.: 9.429.956-0 - SSP

Viviane Gagliardi
CPF: 115.748.158-22
RG.: 18.191.228 - SSP

21 SET. 1999

JUCESP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO

114.611/99-3

Dr. Lúcio C. Colangelo
OAB n.º 7.329 – SP
CPF: 005.662.768-87

4o. TABELIAO DE NOTAS DA GAP DTBL - SP
Rua Estados Unidos, 628-SP-Fone: 8849267
RECONHECO por semelhanca 0002 firma(s) de
MARCELO CARVALHO FRAGALI E LUCIO
CATALDO COLANGELO
02/07/1999 EM TEST. DA VERDADE
OSVALDO ESMERIA -ESCREVENTE
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
Carimbo: 003498 Pago: ******3,08

JUL - 7 1999

125o.TABELIONATO DE NOTAS # MILANI#
R. Afonso Sardinha,290 Tel:261-1522 Lapa
Reconheco por Semelhanca as Firmas de
AMILCARE DALLEVO JUNIOR, JOSE EMILIO GAR
BIN, VIVIANE GAGLIARDI
Sao Paulo, 2 de Julho de 1999 12:08
VALIDO SOMENTE C/SELO(S) DE AUTENTICIDADE
OSEAS LOPES DE LIMA FRANCISCO COLEONI
CARLOS EDUARDO CELESTINO (ESCREVENTES)
Por Sem. R$ 1,54 Por Aut. R$ 4,12

TABELIÃO DE NOTAS
MARIA A. DE ALMEIDA MILANI - TABELIÃ
Rua Afonso Sardinha, 290 - Lapa - São Paulo
AUTENTICAÇÃO - Afirmo que a cópia reprográfica extraída destas notas confere com o original, do que dou fé.
MILANI
S. Paulo, 21 SET. 1999
Em test° ..... da verdade
OSEAS LOPES DE LIMA - FRANCISCO COLEONE
CARLOS EDUARDO CELESTINO
ESCREVENTES AUTORIZADOS - R$ 0,81

PARECERES

PARECER Nº 1.007, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2000 (nº 336/99, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansanção, Estado da Bahia".

Relator: Senador **Djalma Bessa**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2000 (nº 336, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansanção, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.117, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 108, de 4 de agosto de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da entidade Associação Beneficente Senhora Santana:

- Marluce Pereira de Souza – Presidente
- Mariano Pereira da Costa – Secretário
- Marlene de Souza Pereira – Tesoureira

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Paulo Octávio, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 148, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Beneficente Senhora Santana atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2000. – **Alvaro Dias**, Presidente Eventual – **Djalma Bessa**, Relator – **Bello Parga – Ney Suassuna – Geraldo Althoff – Ricardo Santos – Henrique Loyola – Geraldo Cândido** (abstenção) **– Heloísa Helena – Freitas Neto – Osmar Dias – Lúdio Coelho – José Fogaça – Roberto Saturnino – Gerson Camata.**

PARECER Nº 1.008 DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 152, de 2000 (nº 349/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relator:Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2000 (nº 349, de 1999, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Curitiba, Estado do Paraná."

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.489, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do decreto de 24 de

novembro de 1998, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É o seguinte o quadro diretivo da Fundação Nossa Senhora do Rocio:

• Presidente – Euro Brandão

• Vice-Presidente – Luiz Afonso Caprilhone Erbano

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Robério Araújo, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 152, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Nossa Senhora do Rocio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2000. – **Djalma Bessa**, Presidente Eventual – **Alvaro Dias**, Relator – **Bello Parga – Ney Suassuna – Geraldo Althoff – Ricardo Santos – Henrique Loyola – Geraldo Cândido** (abstenção) – **Heloísa Helena** (abstenção) – **Freitas Neto – Osmar Dias – Lúdio Coelho – José Fogaça – Roberto Saturnino – Gerson Camata.**

PARECER Nº 1.009, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2000 (nº 352/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissao à Thomazella, Pavan & Cia. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2000 (nº 352, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Thomazella, Pavan & Cia. Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 818, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 68, de 8 de junho de 1999, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Thomazella, Pavan & Cia. Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• João Thomazella	5.000
• Lúcio Mauro Pavan	5.000
• Biagi Calvario	5.000
• Flávio Jacó da Silva Santos	5.000
Total de Cotas	**20.000**

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informa-

tica da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Átila Lira, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 153, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Thomazella, Pavan & Cia. Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2000. – **Djalma Bessa**, Presidente Eventual – **Álvaro Dias**, Relator – **Bello Parga – Ney Suassuna – Geraldo Althoff – Ricardo Santos – Henrique Loyola – Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Heloísa Helena** (Abstenção) – **Freitas Neto – Osmar Dias – Lúdio Coelho – José Fogaça – Roberto Saturnino – Gerson Camata**.

PARECER Nº 1.010, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2000 (nº 357/99, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que autoriza a Associação Comunitáira Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sata Rita de Cássia, Estado da Bahia".

Relator: Senador **Djalma Bessa**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2000 (nº 357, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.157, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 86, de 30 de julho de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da entidade Associação Comunitária Santa Rita:

- Presidente – Manoel Aparecido da Silva
- Vice-Presidente – Ivan do Nascimento Silva
- Secretário – João Batista Nogueira

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado José Melo, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Jusitça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto

O processo de exame e apreciação, pelo congresso Nacoinal, dos atos que outorgam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta casa do Legislativo, as formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 154, evidencia o cmpri-

mento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Comunitária Santa Rita atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2000. – **Álvaro Dias**, Presidente eventual – **Djalma Bessa**, Relator – **Bello Parga – Ney Suassuna – Geraldo Althoff – Ricardo Santos – Henrique Loyola – Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Heloísa Helena – Freitas Neto – Osmar Dias – Lúdio Coelho – José Fogaça – Roberto Saturnino – Gerson Camata.**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000, lido anteriormente, tramitará com prazo determinado de 45 dias, nos termos do art. 223 § 1º da Constituição Federal, e de acordo o art. 122, inciso II, letra "b" do Regimento Interno, poderá receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encerrou-se, ontem, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós; e

– Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Solimões.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

São lidos os seguintes:

OF.GLPMDB nº 188/00

Basília, 18 de outubro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que, em substituição ao Senador Mauro Miranda, indico o Senador Albino Boaventura para integrar, na qualidade de membro titular, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Jader Barbalho,** Líder do PMDB.

Ofício nº 027/Plen

Basília,19 de outubro de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente, o Deputado Fernando Marroni, PT/RS, em substituição ao Deputado Geraldo Magela PT/DF, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Pedro Celso,** Líder em exercício do PT.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, por vinte minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a reunião de Manaus, a IV Conferência de Ministros de Defesa das Américas, terminou com uma declaração meramente burocrática, que se referiu apenas de forma indireta à crise na Colômbia. Permito-me reproduzir trecho da declaração publicada no jornal **O Estado de S. Paulo:**

> É de primordial importância continuar com o apoio aos esforços dos Estados e instituições dedicadas à luta contra as drogas ilícitas e atividades criminosas transfronteiriças correlatas; reconhecendo-se que tais atos representam desafios singulares à segurança e à estabilidade da Região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, embora seja uma declaração burocrática, está claro que hoje todos reconhecem que é preciso garantir a segurança e a estabilidade da Região Amazônica. Esse assunto me traz à tribuna, porque a reunião de Manaus e os assuntos referentes à Amazônia têm provocado muitos comentários. Folheando o jornal, constatei que esse tema foi objeto de debate público entre os dois candidatos à Presidência da República dos Estados Unidos, o atual Vice-Presidente, Al Gore, e o filho do ex-Presidente George Bush que leva o nome do pai. Este último chegou ao cúmulo – e isto estarrece – de sugerir, como forma de

auxiliar nações pobres, que os Estados Unidos aceitassem terras de florestas tropicais como pagamento da dívida externa desses países.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejam a gravidade do assunto, vejam como é importante a CPI que espero seja instalada no Senado da República – já temos as assinaturas indispensáveis para tanto –, com o objetivo de averiguar a atuação das organizações não-governamentais e de outros organismos que atuam na Região Amazônica, em território brasileiro e na região fronteiriça.

Volto a esse assunto nesta manhã movido pelo mesmo sentimento cívico de brasilidade, pelo mais sadio nacionalismo, sem ufanismo, que me motivou, assim que cheguei ao Senado da República, a apresentar um relatório pela aprovação de um projeto de resolução do Senado Federal, objetivando obter um empréstimo de US$1,4 bilhão para que pudéssemos promover um projeto de defesa do território nacional, mais precisamente de defesa da Região Amazônica. Cheguei a declarar, na época, que era imperioso e inadiável garantir o respeito aos direitos humanos e assegurar melhores condições de vida a todos os brasileiros que vivem na Amazônia, seja pela necessidade de preservar e explorar de forma equilibrada as suas riquezas, seja ainda pela necessidade de afastar qualquer ameaça à nossa soberania. Volto a repetir: seja ainda pela necessidade de afastar qualquer ameaça à nossa soberania.

Vejo agora que alguns aviões brasileiros estão sobrevoando o território amazônico. O Presidente da República, há poucos dias, lá esteve inspecionando os trabalhos já realizados pelo Projeto Sivam/Sipam. Tudo, penso eu – e estou convencido disto –, na mais completa convicção de que é imprescindível que tenhamos pleno conhecimento daquele território, de sua riqueza e, mais do que isso, que nós, por nós mesmos, com as nossas forças e com os elementos de que dispomos, promovamos a ocupação efetiva daquela área, preservando-a e conservando-a, evitando, assim, um dano que se nos afigura iminente, um atentado contra a soberania nacional.

Sr. Presidente, creio que não há nenhum exagero nisso, até porque essa é uma preocupação de todos os brasileiros. Recebi, por exemplo, um **e-mail** proveniente de alguém do meu Estado, que me pedia e me chamava a atenção para o assunto que me traz à tribuna hoje, inclusive dizendo que leu no jornal **O Estado de S. Paulo**, publicado sem destaque, que em escolas norte-americanas o mapa brasileiro é estudado ou é mostrado sem a Região Amazônica. Essa é a verdade.

Ontem, o eminente Senador Luiz Otávio, do Pará, ocupou a tribuna para manifestar a mesma preocupação, e seu discurso foi enriquecido com apartes dos eminentes Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Bernardo Cabral e Gilberto Mestrinho, entre outros. Alguns relembraram aspectos que envolveram o Projeto Sivam, mas todos reconheceram que é preciso desenvolver esforços para preservar a soberania nacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meditando sobre o assunto, cheguei à conclusão, sinceramente, que um dos grandes desafios que tive no Senado da República e uma das maiores colaborações que dei a esta Casa não foi proveniente de qualquer resquício de cultura, de qualquer resquício de intelectualidade, que não possuo, mas sim do espírito de nacionalidade, de brasilidade, que me animou na ocasião em que relatei o Projeto Sivam. Hoje, posso reafirmar o que já afirmei aqui em outra ocasião referindo-me ao Projeto Sivam, quando citei o filósofo Immanuel Kant. Ele dizia que há apenas duas coisas belas no universo: uma, o céu estrelado que cobre as nossas cabeças; e a outra, o sentimento do dever cumprido que vive em nossos corações.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando assisto a todas essas discussões em torno da Amazônia e quando vejo o Plano Colômbia quase se concretizando, tenho plena convicção de que, naquela oportunidade em que relatei o Projeto Sivam, cumpri e realizei um grande trabalho – permitam-me a modéstia –, prestando, assim, uma grande colaboração para este País. Naquele ocasião, além de recomendar a aprovação do projeto, fiz outras recomendações. Uma delas – motivo de minha vinda hoje a esta tribuna – tem que se concretizar imediatamente. Não basta termos aviões sobrevoando o território amazônico, não basta apenas conhecermos o nosso território, como também não é suficiente apenas fazermos o policiamento daquela área. Acredito que a melhor forma de preservar, de defender aquilo que Deus colocou nos limites do território brasileiro – grande parte da Região Amazônica – é elaborar um projeto nacional de desenvolvimento para a Amazônia.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou conceder o aparte ao Senador Gilvam Borges. Depois, quero acentuar parte do relatório elaborado por mim por ocasião da concessão do empréstimo que está permitindo a este País fazer alguma coisa, por mínima que seja, em favor do território amazônico: que está permitindo às Forças Armadas – que estão aí sucateadas, necessitadas de apoio material, desguarnecidas de armamento, apenas com o seu patriotismo, com o seu espírito cívico – realizar seu trabalho. Apesar de todo o sacrifício e de todas as dificuldades

por que passam as Forças Armadas, elas não perderam o seu sentimento de amor à Pátria e estão dando conta da realização do Projeto Sivam, na Amazônia, que, espera-se, esteja pronto no ano 2002.

Honra-me seu aparte, Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Agradeço a gentileza, eminente Senador Ramez Tebet. Realmente esse é um assunto palpitante, e V. Exª deu uma contribuição fabulosa como Relator do Projeto Sivam, que foi um plano estratégico, elaborado e implementado sob orientação norte-americana, a partir do grande trabalho que eles realizam na área de inteligência. A preocupação principal do Projeto Sivam é com a questão do tráfico, como também com as reservas que possui a Região Amazônica. Agora, há de se convir, Senador Ramez, que vivemos em uma sociedade globalizada. Veja V. Exª o caso do Nordeste, onde franceses e europeus em geral; além de japoneses, estão comprando propriedades para lazer. Quanto à questão da proposta do presidenciável Bush em receber parte da floresta ou terras como pagamento da dívida externa, isso está dentro do contexto que visa a amenizar, a preservar. Sem sombra de dúvida, não há motivos para nos preocuparmos com uma intervenção norte-americana ou uma conspiração internacional na Amazônia. A Amazônia faz parte do território nacional. Não tenho dúvida de que o mundo vive, hoje, uma nova realidade. Vivemos em uma sociedade globalizada, não só no que diz respeito às informações como em relação ao sistema capitalista, em que prevalece a iniciativa privada. Os japoneses chegam aos Estados Unidos e compram empresas, propriedades, terras. E não há como impedi-los, nem a quaisquer outros povos, pois a legislação permite esse tipo de transação e de negócio. Lembro, por exemplo, do discutido Projeto Jari, nos Estados do Amapá e Pará, que envolvia milhões de hectares de terra. Tratava-se de um grande empreendimento do Sr. Daniel Ludwig, um norte-americano, que envolvia uma enorme propriedade. Agora, a preocupação de V. Exª é pertinente. Entendo que o País precisa investir maciçamente na área de segurança. As nossas Forças Armadas estão desmobilizadas, desaparelhadas, sem tecnologia. O País vive um momento muito delicado. Apesar disso, estou muito otimista e usarei a tribuna para falar de alguns dados positivos em relação à economia, demonstrando que estamos de fato retomando o desenvolvimento. Congratulo-me com V. Exª no tocante a suas preocupações. As nossas autoridades, de um modo geral, precisam se mobilizar em um esforço conjunto para garantir a nossa soberania. Agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. RAMEZ TEBET – Eu é que agradeço a V. Exª o aparte, embora discorde de 90% do que acabou de afirmar. Por exemplo, peço vênia a V. Exª para dizer que não acredito que o Projeto Sivam seja de inspiração americana. Esse projeto é de inspiração das Forças Armadas do Brasil, que estão preocupadas com a nossa soberania, com a defesa do território nacional, com a segurança nacional, assim como das autoridades e de todos nós que preparamos o Projeto Sivam.

Quanto à abordagem feita sobre a globalização, considero parcialmente verdade o que V. Exª afirmou. A globalização mudou um pouco o conceito de soberania, mas não a ponto de fazer com que possa ser entendida pelos países pobres como submissão. Os países ricos, aproveitando-se da globalização, querem nos submeter. Mas os países pobres ou os países independentes têm que adotar medidas para, dentro do contexto da globalização, defender os interesses nacionais. Acredito ainda que a globalização, além de não significar submissão, não pode significar passividade, comodismo ou entreguismo de qualquer espécie.

Costumo dizer que a globalização é irreversível, mas não pode ser cruel. Não podemos chegar ao ponto de admitir que potências estrangeiras tenham um candidato à presidência da República que vai a público debater as suas propostas de governo e chegue ao cúmulo de afirmar que uma maneira de ajudar os países pobres é tomar conta das florestas tropicais ou comprá-las. Isso significa comprar parte do território nacional. Parafraseando o jornalista Cláudio Lysias, no momento em que lhe presto uma homenagem pela publicação de um artigo no **Jornal de Brasília** de sábado, quando se referiu a essa proposta do presidenciável norte-americano George Bush: "Essa é uma proposta indecente!". Digo eu que essa é, verdadeiramente, uma proposta indecente.

Entretanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que, para ocupar a Amazônia, precisamos de um projeto de desenvolvimento – e eu recomendava isso em meu relatório –, porque a Amazônia representa, como todos sabem, mais de 60% do território brasileiro. Lá, temos a maior reserva mundial de água doce, a maior biodiversidade do Planeta, cerca de um terço dessas florestas tropicais referidas pelo presidenciável norte-americano e um volume inestimável de riquezas minerais. Cerca de 12% da população brasileira vive na Amazônia, distribuída de forma verdadeiramente desigual sobre um território em que existem enormes vazios, com baixíssimos índices de densidade populacional, e suas condições de vida são precárias. Por outro lado, essa é uma região que sempre se disse ser cobiçada internacionalmente.

Neste mundo globalizado, essa aquisição de terras a que o Senador Gilvam Borges acaba de se referir também me traz preocupação. Porque, sob o manto de gerar empregos em determinada região, alguns organismos internacionais começam a ocupar

parte do nosso território, fora até da Região Amazônica. A aquisição de terras por estrangeiros no Brasil é algo verdadeiramente assustador.

Aproveito para fazer um registro do que está ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul – nem pensava em fazê-lo, mas o aparte de V. Exª me inspirou, Senador Gilvam Borges. Gostaria de alertar o Senado de que é preciso, no mínimo, saber o que determinada seita religiosa está fazendo em Mato Grosso do Sul, com a aquisição de grande porção do território do meu Estado. Estão em busca da produção? Estão em busca de terras para produzir? Estão em busca de quê? Justamente terras adquiridas perto de mananciais de água. É curioso isso!

Descem, hoje, em território sul-mato-grossense, aviões trazendo estrangeiros, que lá permanecem por três ou quatro dias e depois retornam às suas pátrias. E não plantam nada. E não há uma cabeça de gado pastando nessas terras adquiridas por essa seita. Fico me perguntando qual a finalidade disso. Realmente não sei. Mas os órgãos de inteligência do Brasil têm que estar atentos, porque temos o dever de defender o território nacional.

Mas voltemos à nossa Amazônia, que precisa ser ocupada, que precisa de um projeto de desenvolvimento. Agora, mais do que nunca, porque os noticiários da imprensa estão pegando fogo, deixando-nos com "a pulga atrás da orelha" com os incessantes comentários sobre uma possível ocupação da Amazônia. Quando sabemos que grandes lideranças internacionais, inclusive, apontam na direção de que aquela região pertence ao mundo, aproveitando-se de um aforismo ou de um ditado – que uns contestam, mas que é quase que pacífico, pelo menos, é dito popular – de que a Amazônia constitui os "pulmões do mundo", por onde respiraria todo o Planeta. Houve, ainda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a declaração do ex-Presidente francês, François Mitterrand, segundo a qual: "Quem não cuida daquilo que é seu não pode falar em soberania, porque a soberania é tanto mais limitada quando as pessoas não usam um bem precioso que possui".

Relembro o relatório que fiz sobre o Projeto Sivam, clamando por um projeto de desenvolvimento para aquela região. Por isso, vejo como auspiciosa a visita do Presidente da República a um conjunto habitacional construído com parte daquele empréstimo de US$1,4 bilhão que autorizamos o Governo a fazer, para que pudéssemos, realmente, pôr em prática o Projeto Sivam/Sipam, cujo objetivo é o monitoramento e o controle aéreo, evitando o contrabando, o narcotráfico e aquilo que possa "motivar" uma ação estrangeira, como a que, hoje, ameaça a Colômbia. Como existe a alegação de que haverá ação norte-americana naquele país, independentemente da vontade de quem quer que seja, os nossos militares e todos os brasileiros têm o justo receio de que isso possa se estender ao território nacional, abalando o sentimento nacionalista e a soberania brasileira.

Urge, portanto, concederem-se recursos cada vez maiores ao Projeto Sivam; urge promover-se, efetivamente, um projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Sempre defendi, no Senado da República, a bandeira de que o Brasil, para se desenvolver, precisa volver seus olhos para o interior, para a região amazônica, para o Centro-Oeste, de terras férteis, de terras que podem produzir.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essas áreas merecem planos e programas especiais de investimentos do Governo, pois elas têm condições de dar resposta ao Brasil, para que possamos propiciar melhor qualidade de vida à gente brasileira. Não consigo entender essa concentração de renda e de aplicação de recursos nas grandes metrópoles.

Urge volvermos nossos olhos para o tempo de Getúlio Vargas e, até mesmo, do Regime Militar, para se fazer justiça. O Presidente Ernesto Geisel, por exemplo, fez programas de desenvolvimento para a agricultura e para a pecuária na Região Centro-Oeste. Devemos reconhecer aquilo que foi realizado, para que façamos justiça e também para que lembremos que programas dessa natureza são necessários para que essas regiões possam se alavancar, diminuindo as desigualdades regionais que assolam todos os brasileiros.

Fiz disso a minha bandeira no Senado da República, tão convencido estou, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de que sem isso não melhoraremos o nível de vida da gente brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – (Faz soar a campainha)

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já que a campainha soa anunciando que devo encerrar, peço ao Sr. Presidente que me conceda pelo menos mais cinco minutos para que eu possa ouvir o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Eu pediria ao nobre Senador Leomar Quintanilha que fosse breve no seu aparte. O orador já ultrapassou em oito minutos o seu tempo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Agradeço a deferência da Mesa, Sr. Presidente. Agradeço ao nobre Senador Ramez Tebet a oportunidade de participar da discussão de um tema que me interessa muito e a todos os brasileiros. Atenho-me, até para ser breve e contribuir com os trabalhos da Casa, nobre Senador Ramez Tebet, à parte do seu pronuncia-

mento que diz respeito à necessidade de um programa mais abrangente de desenvolvimento da Amazônia, esse Brasil, que, no meu entendimento, está por ser descoberto, esse Brasil do Centro-Norte que temos a honra de representar. Praticamente quatrocentos dos quinhentos anos do Brasil foram dedicados à região litorânea. O Brasil do Norte ainda tem programas pontuais e muito tímidos para que se estabeleça um programa de integração nacional que tire do isolamento grande parte do povo brasileiro que habita essas regiões. É preciso que haja, efetivamente, um programa mais abrangente, como V. Exª está comentando no seu pronunciamento. Foi importante o Projeto Calha Norte e também o é o Projeto Sivam, do qual participamos, numa luta tenaz contra seus opositores. Lembro-me da rodovia Transamazônica, também importante para a integração da região, tendo sido praticamente abandonada. Não podemos imaginar a ocupação harmônica da Amazônia por brasileiros sem programas integrais de desenvolvimento sustentado. Não podemos fazer coro com aqueles que querem ter apenas uma atitude contemplativa, achando bonita e bela a paisagem, os rios, as matas e as florestas. Devemos estabelecer um programa de desenvolvimento sustentado que aproveite as riquezas oferecidas pela natureza nessa extraordinária região centro-norte. Ela, certamente, dará a contribuição que o Brasil precisa para encontrar, definitivamente, os trilhos do desenvolvimento e do progresso. Cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento a respeito da integração da região centro-norte, particularmente da Amazônia, ao contexto nacional.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Leomar Quintanilha, depois de vê-lo entrar no plenário, eu não poderia terminar este pronunciamento sem me referir a V. Exª, porque seria ingratidão de minha parte. V. Exª foi Sub-Relator do Projeto Sivam. Trabalhamos juntos, passamos por noites não maldormidas, mas indormidas, buscando a melhor solução, procurando contornar os meandros que afetavam o projeto, separando o joio do trigo, porque tínhamos plena convicção do nosso objetivo. Recordo-me que também foi muito valioso o trabalho do Senador Geraldo Melo como Sub-Relator. O Presidente daquela Comissão foi o Senador Antonio Carlos Magalhães, que hoje preside a nossa Casa. Hoje, constatamos que estávamos certos.

Finalizo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, lendo as últimas palavras do meu relatório: "A Amazônia faz parte do nosso projeto de um Brasil soberano e com melhor qualidade de vida para todos nós, brasileiros. Esse novo Brasil depende da realização de um projeto nacional de desenvolvimento auto-sustentável para a Amazônia. Estou convicto de que o Projeto Sipam/Sivam é ferramenta essencial da construção do nosso futuro. Nossa responsabilidade, neste momento, é histórica".

Agora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os fatos começaram a surgir nas nossas vizinhanças, dando-nos um sinal de alerta, significando que está na hora de, realmente, colocarmos a mão na massa. Esse projeto de desenvolvimento não deve servir só para a Amazônia, mas também para o Centro-Oeste e para todo o interior do nosso Brasil. É isso que estamos entendendo e que o mundo de globalização está nos ensinando.

Dou-me por tranqüilo, nesta manhã, porque ontem não pude participar do debate que aqui se travou no momento em que o Senador Luiz Otávio ocupava a tribuna. Fico também satisfeito por poder, de alguma forma, dar resposta positiva ao noticiário da imprensa, que vem registrando os fatos que acabei de mencionar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os recentes e sangrentos acontecimentos do Oriente Médio não apenas ampliam o grau de tensão que vem afligindo aquela região, em quase todo o transcurso deste belicoso século XX, sobretudo em suas últimas cinco décadas. Afora a enorme dimensão do drama humano, que mutila e ceifa a vida de milhares de pessoas, esses episódios envergonham a própria Humanidade, na demonstração incontrastável de nossa absurda incapacidade de dialogar, de encontrar saídas negociadas e justas em situações dessa natureza.

No momento em que explodem bombas e, com elas, o mínimo de racionalidade, sem a qual nenhuma civilização permanece de pé, é inadiável, é imperiosa a ação da comunidade internacional no sentido de, preliminarmente, promover-se o imediato cessar das hostilidades e, passo seguinte, reabrirem-se as negociações com vistas à paz duradoura. Esse há de ser um esforço coletivo, em que se mesclam grandes e médios Estados, países emergentes e organismos supranacionais. O que não se admite é a omissão ou a olímpica indiferença de quem, geograficamente afastado da área conflagrada, ouse imaginar-se imune aos efeitos de um quadro de guerra ou de uma situação potencialmente explosiva e eternamente irresolvida.

Afinal, o que está em jogo não é mera disputa territorial entre palestinos e israelenses; trata-se, isto sim, de enorme desafio à comunidade mundial, quer pela forte dependência de todos ao petróleo produzi-

do na região, de modo que uma desestabilização ali atinge globalmente a economia, quer no que respeita à nossa própria capacidade, ou não, de superar divergências, por mais graves que sejam, sem fazer uso da força. Por essas razões, de todas as partes do mundo, devem emanar manifestações de firme condenação ao quadro de beligerância e, ao mesmo tempo, sugestões que levem à definitiva resolução das pendências.

Por isso, Sr. Presidente, trago o tema ao debate nesta Casa. Nada mais justo que o Senado da República, em que pese a extensa agenda nacional, da qual não pode – e nem deve – fugir, volte o seu olhar para uma questão internacional da magnitude dessa que, no momento, revolve as entranhas da histórica Palestina. Aliás, de um Parlamento identificado com as demandas do seu tempo, exige-se dinamismo e flexibilidade suficientes para incorporar às suas funções básicas e tradicionais – legislar, fiscalizar e falar – os novos papéis que lhe são conferidos pela realidade contemporânea. Nessa perspectiva, em um mundo que se transforma velozmente, com a economia adquirindo feições cada vez mais acentuadamente globais, com a célere circulação de capitais, de bens e de informações, nada mais adequado falar-se de um Parlamento capaz de acompanhar e de entender essa nova realidade e, expressando legitimamente os interesses nacionais nele representados, posicionar-se em face das questões mundiais mais relevantes. Isso é imperativo.

Reconheço a imensa dificuldade para se traçar um quadro sintético do Oriente Médio, dada a extrema complexidade que o envolve. Afora os aspectos históricos, étnicos, geopolíticos, culturais e econômicos que, com maior ou menor intensidade, sempre afloram, há que se levar na devida conta um elemento complicador adicional: a religião. Não nos esqueçamos de que se trata da região-berço das três maiores religiões monoteístas existentes no mundo: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Emblema maior dessa situação, a cidade de Jerusalém, considerada sagrada pelas três religiões, não por acaso transformou-se no pivô da atual crise.

Não obstante as dificuldades de compreensão oferecidas por um cenário tão confuso como esse, no qual o reducionismo esquematizador, definitivamente, não é bom conselheiro, há que se tentar uma solução para o impasse que já dura tanto tempo. Parto do princípio de que a existência do Estado de Israel, formalmente criado pela ONU em 1948, em processo que contou com a ativa participação brasileira – com Osvaldo Aranha presidindo a Assembléia-Geral que tomou a histórica decisão – e fortemente contingenciado pelo clima de consternação mundial advindo do genocídio perpetrado pelo nazismo contra milhões de judeus, não é mais alvo de contestação. Assim, a motivação essencial das guerras entre árabes e israelenses de 1948, 1956 e 1973, de contestação ao Estado Israelense, não mais tem sentido nos dias de hoje. A propósito, vale lembrar a ousada ação do Presidente Sadat, do Egito, em 1978, fazendo de seu país o primeiro Estado árabe a assinar um acordo de paz com Israel.

Entretanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma questão crucial permanece em aberto. Refiro-me a um lar nacional para os palestinos, o que a própria resolução da ONU que criou Israel mencionava, ao determinar a partilha do território para que nele fossem instalados os dois Estados. Seja pela desunião dos Estados árabes, seja pela força internacional de **lobbies** contrários à idéia ou ainda pelas circunstâncias do jogo político mundial que sempre viu no Oriente Médio uma área estratégica, o certo é que o Estado da Palestina ainda hoje não se materializou.

A partir de 1993, com os acordos celebrados em Oslo, na Noruega, israelenses e palestinos iniciaram a abertura do caminho que poderia levar à paz. Os governos trabalhistas israelenses – justiça se lhes faça – acenaram com algumas concessões, como a retirada de suas tropas de parte dos centros urbanos palestinos em Gaza e na Cisjordânia, culminando com o oferecimento da soberania palestina em determinadas áreas de Jerusalém Oriental.

O fracasso desse processo de paciente construção da paz deveu-se, fundamentalmente, à ação de radicais que, diga-se de passagem, jamais aceitaram a via da negociação pacífica. Entre os palestinos, a liderança madura e prudente de Yasser Arafat é contestada pelo Grupo Hamas. Entre os israelenses, a direita reacionária, vinculada à ortodoxia religiosa, atua violentamente para impedir a aproximação do país aos palestinos. Os assassinatos do egípcio Sadat e do judeu Rabin foram dramáticos capítulos a mais nessa trajetória.

O extremismo, aliás, é o caminho para se entender a atual crise. Mais uma vez, Ariel Sharon, líder da direita em Israel, politicamente representado pelo Partido Likud, protagoniza mais uma ação sinistra, ele que há 18 anos comandou o massacre palestino em dois campos por eles ocupados no sul do Líbano. Pois, agora, exatamente no último dia 28 de setembro, esse mesmo Sharon visita a Esplanada das Mesquitas o local mais sagrado de Jerusalém para palestinos e judeus, em ato público e ostensivo, recebido pelos palestinos como provocação. Ao protestarem, os palestinos foram alvo da violenta ação militar dos israelenses; reagindo, deram chance a que novos atritos se multiplicassem.

Faço, por fim, um apelo ao Executivo brasileiro. Nossa Chancelaria, tida e havida como altamente profissional, com uma longa história de prudência e cautela, precisa movimentar-se no sentido de oferecer algum tipo de contribuição para o encaminhamento da questão que convulsiona, uma vez mais, o Oriente Médio. Há que se ter a coragem de falar, de sugerir, de se expor, afinal. Um País com a nossa dimensão territorial e populacional, que se coloca entre as maiores economias do mundo, que assume certa liderança no subcontinente americano, não se pode dar ao luxo de encolher-se num momento de tamanha gravidade. Que o Brasil acione os mecanismos de que dispõe, para que sua voz seja ouvida! Um País como o nosso precisa ter e expressar seu "ponto de vista internacional", para usar a famosa frase de San Tiago Dantas.

Manifesto meu sincero desejo de que o Congresso Nacional faça a sua parte. Que ele acompanhe atentamente o desenrolar dos acontecimentos e, no limite de sua capacidade, ajude o Brasil a posicionar-se bem ante a crise que se abate sobre o Oriente Médio. Como todas as pessoas de boa vontade, acredito que a paz se constrói paciente e coletivamente, pela via da negociação e sempre, sempre assentada nos princípios da justiça!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Moreira Mendes, por permuta com o Senador Júlio Eduardo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para manifestar minha profunda indignação e meu repúdio pela forma tendenciosa e o tom panfletário com que a revista **Carta Capital**, em edição de 11 de outubro, levou a público, em matéria intitulada "Privatização da Eletrobrás", acusações levianas e infundadas de um ex-conselheiro fiscal acerca de supostas irregularidades da gestão daquela companhia.

Tratou a matéria de sérias acusações que constituíram uma nítida tentativa de denegrir o nome da Companhia e de seus administradores, mas que, no entanto, não se sustentaram diante dos primeiros esclarecimentos que prestou a Eletrobrás, esclarecimentos que não deixaram a menor dúvida quanto à intenção duvidosa e ao rancor do referido ex-Conselheiro, o engenheiro Francisco de Assis Peres Soares.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o texto da matéria chega a induzir que o engenheiro Francisco teria sido substituído no Conselho Fiscal da Eletrobrás, em retaliação à conduta crítica com que teria exercido suas funções de Conselheiro. O que de fato ocorreu foi que não somente ele, mas também outros membros do Conselho foram substituídos por força de alterações ocorridas no estatuto da Companhia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu, que já fui crítico do setor elétrico, sinto-me no dever de defender aqui, nesta Casa, dessas acusações descabidas, a Eletrobrás, nossa segunda maior empresa, sem a qual o Brasil não teria alcançado o nível de desenvolvimento que alcançou no atendimento a esse serviço essencial para o cidadão, que é o suprimento de energia elétrica.

O ex-Conselheiro declarou, e a revista **Carta Capital** reproduziu, que a Eletrobrás teria procedido a um "rebaixamento" de ativos, num montante de R$2,173 bilhões, que, em última análise, teria lesado os acionistas minoritários.

A operação sobre a qual o ex-Conselheiro levantou dúvidas quanto à legalidade está respaldada pela Lei nº 9.358, de 12 de dezembro de 1996, e pela Medida Provisória nº 1.985-22, de 10 de dezembro de 1999. Tais dispositivos legais, Srªs e Srs. Senadores, disciplinam a indenização pela União do custo excedente das usinas nucleares, comparativamente a uma usina hidrelétrica do mesmo porte.

Aqui abro um parêntese para lembrar que, desde a introdução do programa nuclear no Brasil, a União comprometeu-se a suportar o ônus da diferença da opção nuclear em relação à hidrelétrica e que, há mais de dez anos, a Eletrobrás divulga em seu balanço os registros referentes aos ativos vinculados ao programa nuclear.

O valor da indenização foi definido por um Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria Interministerial nº 80, dos Ministérios da Fazenda e das Minas e Energia, de 9 de abril de 1997. Como o valor apurado pelo Grupo de Trabalho e o esperado pela contabilidade da empresa não coincidiam, a União, dentro do princípio de não haver efeito sem causa, deixou de reconhecer esse saldo remanescente, sendo sua liquidação feita mediante baixa contábil.

Mais importante do que saber em que leis ou em que medidas provisórias se baseou a operação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é saber que ela foi amplamente divulgada pela empresa em jornais de grande circulação nacional, seguindo rigorosamente os trâmites legais, e que a mesma operação recebeu parecer favorável dos auditores independentes, integrando o balanço e as demonstrações financeiras da Eletrobrás de 1999, assinados e aprovados pelos membros do Conselho Fiscal, inclusive por aquele que fez a denúncia, o Sr. Francisco de Assis Peres Soares.

O ex-Conselheiro acusa a Companhia também de tratar com informalidade questões de natureza societária. Diz o ex-Conselheiro Francisco Soares que a Eletrobrás aprovou um aumento de capital de seis bilhões e cento e oitenta mil reais, em reunião que contou com a presença de apenas dois conselheiros fiscais.

Realmente, Srªs e Srs. Senadores, segundo apurei, estavam presentes mesmo à reunião apenas dois conselheiros. Os demais participaram da reunião pelo recurso de **conference call**, usado intensamente por grandes corporações no Brasil e no exterior. Portanto, foram também ouvidos os demais conselheiros.

No que se refere ao aumento do capital propriamente dito, o valor de seis bilhões e cento e oitenta mil reais decorreu de mera transferência contábil de rubrica, sem alteração patrimonial e sem impactos financeiros, cumprindo o que dispõe o art. 199 da Lei de S.A e observando, inclusive, a determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O próprio ex-Conselheiro afirma, textualmente, que, do ponto de vista contábil-financeiro, a operação se explica e se sustenta, razão pela qual, decerto, a aprovou.

Antes de continuar a minha apreciação sobre essa inconseqüente matéria publicada na revista **Carta Capital**, quero colocar à disposição dos Exmºs Colegas Senadores todo o levantamento que fiz sobre o assunto, toda a documentação disponível que embasa o que estou dizendo e justifica a defesa que faço da Eletrobrás.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as acusações de "ilegalidade" nas operações de "rebaixamento de ativos" e de "aumento de capital" efetuadas pela Eletrobrás não procedem, motivo pelo qual peço aos senhores que compartilhem da minha indignação e não permitam, assim como eu, que enxovalhem o nome de uma empresa com o porte, a tradição e a importância da Eletrobrás.

Quanto aos demais assuntos mencionados na reportagem, foram todos levados ao Conselho Fiscal, a pedido do ex-Conselheiro Francisco Soares, tendo sido prestados por parte da Eletrobrás todos os esclarecimentos que estavam na sua esfera de competência. Assim, as dúvidas do ex-Conselheiro relativas à licitação da Linha de Transmissão Tucuruí-Vila do Conde foram elucidadas, no que competia à Eletrobrás, cabendo à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – dirimir os demais aspectos.

Já os questionamentos que se referem às Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron – e à Guascor envolvem atos de gestão daquela controlada da Eletrobrás, já tendo sido objeto de apuração, conforme é do conhecimento do Sr. Francisco Soares.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesse particular, faço uma observação com relação à Ceron e à atuação da Guascor em meu Estado. Ambas as empresas foram, eu diria, colocadas a limpo por intermédio de uma CPI instalada na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em que se apuraram todos os detalhes da negociação havida entre essas duas empresas, e nada ficou comprovado de irregular.

Aliás, quero registrar que a história de fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia, a partir da vinda da empresa Guascor – a exemplo do que aconteceu no Estado do Pará e do que está acontecendo no Estado do Acre –, mudou. Hoje não há sequer uma pequena localidade do interior Estado que não seja servida por energia elétrica de boa qualidade por 24 horas. Isso ocorre em virtude dessa iniciativa da Eletrobrás, juntamente com a Eletronorte, que merece todo o respeito, de se colocar um produtor independente que aceite a condição de levar energia aos mais distantes rincões do Estado. E essa energia, como eu já disse, é de excelente qualidade. Não procedem, portanto, nenhuma das acusações levianas levantadas por esse ex-Conselheiro com relação à atuação da Ceron e da Guascor, nesse particular.

Diante do que aqui coloquei, volto a frisar, Srªs e Srs. Senadores, que não se pode permitir que interesses individuais e intenções duvidosas levem à lama o nome e a tradição de empresas como a Eletrobrás, uma empresa que viabilizou e viabiliza grandes símbolos do desenvolvimento de nosso País, como a hidrelétrica de Itaipu, na década de 80, e o linhão Norte/Sul, mais recentemente. No meu Estado e no vizinho Estado do Acre, a lista de empreendimentos da Eletrobrás é muito extensa. São obras e serviços anunciados no começo deste ano pelo Ministro Rodolpho Tourinho, das Minas e Energia. É uma imensa quantidade de obras; permito-me enumerar algumas delas, cujos significados para o desenvolvimento dos Estados de Rondônia e do Acre são importantíssimos, talvez até suplantando os limites da imaginação.

Refiro-me ao sistema Acre-Rondônia. Esse empreendimento visa ampliar a oferta de energia elétrica, da forma mais confiável, com qualidade e custos otimizados, para a região oeste do Estado de Rondônia e todo o Estado do Acre.

A Eletronorte, outra empresa que merece o nosso respeito, controlada pela Eletrobrás, planejou a implantação de um sistema de transmissão de 230KV, associada à Usina Hidrelétrica Samuel e ao parque termelétrico, interligando Rio Branco, Abunã e Porto Velho, numa extensão de 495Km, propiciando também o atendimento à Guajará-Mirim, por meio de uma linha de 138KV a partir de Abunã.

Com a futura utilização do gás natural na geração termelétrica, esse sistema de transmissão ganha maior importância, na medida em que colabora sobremaneira com a melhoria operacional dos sistemas e na redução dos custos operacionais.

Em Rondônia, Sr. Presidente, a linha de transmissão terá um trecho de 190km, em 230KW, entre Porto Velho e Abunã, e outro de 130km, em 138KW, entre Abunã e Guajará-Mirim, como já disse. A linha de 230KW está projetada para ser construída com torre compacta metálica, tipo raquete, e cabos pára-raios acompanhados de cabos OPGW, contendo 36 fibras óticas no trecho entre Porto Velho e Abunã e, depois, até o Acre.

Já a capital do Acre será interligada a partir de Abunã, numa extensão de 305km e tensão de 230KW, também construída em torre compacta metálica, tal qual a anterior, contendo 24 fibras óticas. De Rio Branco, uma linha de 69KW interligará Tangará e São Francisco, numa extensão de 21km e 14km, respectivamente.

Os investimentos totais previstos para a interligação desse sistema Acre/Rondônia estão estimados em cerca de R$190 milhões, e todo o sistema deverá ser energizado até dezembro de 2001.

Outra interligação importante para o Estado de Rondônia será entre as localidades de Ji-Paraná e Vilhena, passando por Pimenta Bueno, com mais 318km de extensão em linhas de 230KW. O valor da obra é estimado em aproximadamente R$100 milhões, a qual deverá ser iniciada já em janeiro do próximo ano.

Mas ainda há um importantíssimo empreendimento patrocinado pela Eletrobrás e Eletronorte: a termelétrica. A Eletronorte, controlada pela Eletrobrás, está contratando um produtor independente de energia, a Termonorte, que já está construindo uma usina termelétrica, que, inicialmente, será movida a óleo **diesel** e, posteriormente, a gás de urucum, com uma potência total instalada da ordem de 404MW, o equivalente a quase duas hidrelétricas do porte da Usina Hidrelétrica de Samuel, tornando-se uma das principais obras de desenvolvimento para o futuro de Rondônia e do Estado do Acre.

A primeira fase dessa usina já está concluída. A Termonorte passou a gerar 64MW há vinte dias, visto que já está com as licenças de operações definitivas em seu poder.

Finalmente, Rondônia passa a contar com um moderno centro de operações do sistema elétrico de Rondônia, instalado na subestação da Eletronorte, controlada pela Eletrobrás, às margens da BR-364, a partir da qual é possível telecomandar todas as ações de geração e transmissão de energia elétrica. O centro, que conta com equipamentos de última geração, é modelo para o setor elétrico brasileiro.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, que a Eletrobrás vem desenvolvendo, hoje, um dos mais importantes projetos sociais do Brasil, o Programa de Eletrificação Rural "Luz do Campo", que levará energia a mais de cinco milhões de brasileiros nos próximos anos.

Novamente cito o exemplo do Estado de Rondônia, um Estado novo, com apenas 18 anos, que, com esse programa, conseguirá levar energia rural a aproximadamente 85% das propriedades rurais do seu interior. Isso significa melhoria da qualidade de vida do nosso homem do campo, algo que só está sendo possível realizar graças ao esforço da Eletrobrás e do Governo do Estado de Rondônia.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, levanto aqui esta moção de protesto, com a qual pretendo transmitir aos meus colegas Senadores a minha indignação e preocupação com o fato de um veículo de comunicação de circulação nacional, a revista **Carta Capital**, a que me referi, divulgar matéria cujo conteúdo demonstra perigosa tendenciosidade, o que só pode ter sido recebido com a reprovação de toda a sociedade brasileira.

Quero, ainda, pedir à Mesa que faça transcrever, na íntegra, nos Anais desta Casa, a nota publicada pela Eletrobrás, que esclarece e repudia essas informações que trouxe hoje, desta tribuna, e finalmente registrar o meu reconhecimento pessoal e o meu apreço ao Presidente da Eletrobrás, Dr. Firmino Sampaio Neto, brasileiro que merece o nosso respeito, cidadão que tem sabido honrar o cargo que ocupa, dirigindo a Eletrobrás com austeridade, transparência e, sobretudo, decência.

Era o que tinha a considerar, Sr. Presidente.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM SEU PRONUNCIAMENTO. (NOTA DA ELETROBRÁS)

Eletrobrás

PR
Av. Pres. Vargas, 409 – 13º
20071-003–Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 514-6101
Fax: (21) 507-6467

CTA-PR-8231/2000

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2000.

Ao Senhor
BOB FERNANDES
Redator-Chefe da
Revista CartaCapital
Av. Brasil, 1456 – Jardim América
01930-900 – São Paulo - SP

Senhor Redator-Chefe,

A propósito da reportagem publicada na edição nº 133, ano 7, dessa Revista, sob o título de capa: "*Privatização da Eletrobrás*", em que pese a existência de manifestação formal do Departamento de Comunicação Social desta Companhia a contradizendo, como dirigentes da organização, queremos aqui registrar o nosso protesto e repúdio pela forma tendenciosa e o tom panfletário em que as notícias foram veiculadas.

Sobre o assunto, permitimo-nos tecer nossos comentários sobre a reportagem, na seqüência em que a versão dos fatos foi apresentada.

REBAIXAR ATIVOS

De acordo com o ex-Conselheiro Francisco de Assis Peres Soares, a Eletrobrás teria procedido a um "*rebaixamento*" de ativos, no montante de 2 bilhões e 163 milhões, tendo o referido Conselheiro Fiscal afirmado ter-se recusado a assinar a aludida ata *"porque nela não fizeram constar minhas dúvidas quanto à legalidade de uma operação ..., lesando, assim, os acionistas minoritários"*.

A operação em questão está suportada pelo disposto na Lei nº 9.358, aprovada pelo Congresso Nacional em 12/12/96 e pela Medida Provisória nº 1985 - 22, de 10.12.99, que disciplinam a indenização, pela União, do custo excedente das usinas nucleares, comparativamente a uma usina hidrelétrica do mesmo porte.

Para definição dos valores, foi constituído, por meio da Portaria Interministerial nº 80 dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, de 9 de abril de 1997, Grupo de Trabalho para levantar os custos efetivamente incorridos com o desenvolvimento do projeto, que seria objeto de indenização pela União.

Este Grupo de Trabalho concluiu que o excedente nuclear montava a 8 bilhões 861 milhões de reais, deixando de considerar a expectativa registrada na contabilidade da empresa que era o recebimento de valor superior. A diferença entre o valor

reconhecido e o valor pleiteado, no montante de 1 bilhão e 166 milhões de reais, por não ter ativos associados nem operações de crédito contratados para o fim específico de execução do empreendimento, a União, entendendo dentro do princípio de não haver efeito sem causa, deixou de reconhecer esse saldo remanescente, resultando em sua liquidação mediante baixa contábil.

A matéria, seguindo rigorosamente os trâmites legais, foi amplamente veiculada em jornais de grande circulação, como Fato Relevante, para conhecimento dos acionistas, recebeu manifestação favorável dos auditores independentes Price Waterhouse Coopers e integra o Balanço e as Demonstrações Financeiras da Empresa de 1999, os quais foram aprovados, por unanimidade, pelos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, **inclusive pelo Sr. Francisco de Assis Peres Soares.**

CONVITE

Sob esse título e com o destaque "*Se der apareça*", foi reproduzida cópia de convocação formal da Secretaria-Geral da Eletrobrás, para reunião conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal, a ser realizada no dia 02.06.99. Tais observações revelam o desconhecimento do Conselheiro Fiscal quanto ao trato de questões de natureza societária, induzindo os leitores à falsa impressão de que a decisão proposta seria adotada com informalidade. De fato, o relato da matéria que havia sido distribuída previamente, no âmbito do Conselho Fiscal, dada a urgência requerida, em especial pela recomendação da CVM (documento anexo), foi realizada com a presença física de dois conselheiros fiscais e a participação dos demais pelo recurso de "conference call", usado, intensamente, pelas grandes organizações no país e no exterior.

Há que se ressaltar que o aumento de capital, objeto da matéria em tela, no valor de R$ 6,180 bilhões, decorreu de mera transferência contábil da rubrica de reservas de lucros para a do capital social da empresa, sem alteração patrimonial e sem impactos financeiros, constituindo-se, apenas, no cumprimento do disposto no art. 199 da Lei de S.A., que determina a capitalização dessas reservas sempre que excederem o valor do capital social.

Para que o Conselho de Administração possa deliberar sobre matérias dessa natureza, antes da aprovação final pela Assembléia Geral de Acionistas, preceitua a Lei de S.A. que o Conselho Fiscal deverá emitir parecer. Foi, então, cumprido o ritual de exame pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, com voto favorável do Conselheiro denunciante, conforme cabalmente demonstrado na matéria.

No transcurso da reunião do Conselho de Administração, o Conselheiro, após aprovada a matéria, fez observações inoportunas, afirmando que não acataria, no futuro, ilegalidades. O diálogo, na forma publicada, retrata discussão havida sobre o tema. O que está omitido, entretanto, é o fato de que o Conselheiro, em seqüência, se retratou da utilização do termo "ilegalidade", afirmando tratar-se apenas de figura de linguagem, e em seguida, assinou os demonstrativos já citados.

Desta forma, os comentários e destaques feitos tentam apenas denegrir a imagem da organização, com observações impróprias que não integram os registros formais da reunião.

BATALHAS

O assunto relatado sob a rubrica "*Batalhas*", entendemos que deveria ser denominado "Batalhas de Itararé", porque nunca ocorreram.

Das 3 questões citadas, a do excedente nuclear já foi abordada anteriormente. Quanto às demais batalhas mencionadas na citada reportagem, pelo Sr. Francisco de Assis Peres Soares, foram levados ao Conselho Fiscal, a seu pedido, tendo sido prestados, por parte da Eletrobrás, os esclarecimentos que estavam na sua esfera de competência. Assim as dúvidas suscitadas pelo ex-conselheiro, relativas à licitação da Linha de Transmissão Tucuruí-Vila do Conde, foram elucidadas, no que tange a aspectos de alçada desta Empresa, tocando, exclusivamente, à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL dirimir os demais pontos, eis que, por definição legal, é ela a única responsável pelo certame. Já os questionamentos que se referem à Centrais Elétricas de Rondônia – CERON e à Guascor do Brasil Ltda., envolvem atos de gestão daquela controlada, já tendo sido objeto de apuração, conforme é do conhecimento do citado ex-conselheiro.

Finalizando, a exemplo do que foi feito na PETROBRÁS, o Ministério de Minas e Energia houve por bem propor ao Executivo, por meio de Medida Provisória, o ajuste do Estatuto da ELETROBRÁS, de sorte a adequá-lo às novas diretrizes emanadas do Governo Federal.

Observa-se que a reportagem encerra-se com comentários sobre a substituição do conselheiro, autor da entrevista. Vale aqui, por pertinente, esclarecer, que houve substituição de todos os conselheiros da Empresa por força dessa alteração estatutária que resultou, inclusive, na substituição do Presidente do Conselho de Administração, até então ocupado pelo Presidente da empresa e, atualmente, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, ou seja, diferentemente do que induz o texto, a substituição do conselheiro não decorreu de qualquer ato de retaliação pela conduta no exercício de suas funções.

Atenciosamente,

FIRMINO FERREIRA SAMPAIO NETO
Presidente

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Diretoria da ELETROBRÁS, à vista da reportagem "Privatização da Eletrobrás – Nas Sombras, mais uma história de bilhões .....", publicada às páginas 29 a 35 da edição número 133 da Revista CartaCapital, com base em declarações feitas, indevidamente, ao citado veículo da imprensa, por ex-conselheiro fiscal da Empresa, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Referidas declarações constituem uma tentativa de denegrir o nome da Companhia e de seus administradores, lançando dúvidas, totalmente infundadas, acerca de determinadas operações societárias e de gestão, cuja legalidade e fundamentação encontram-se fartamente documentadas.

2. Um dos temas objeto das citadas declarações diz respeito ao "Aumento de Capital", submetido à Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de junho de 1999.

3. Este Aumento foi procedido de forma a capitalizar recursos da reserva de lucros, que excederam os limites admitidos pelo Art. 199 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), observando, inclusive, determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, mediante FAX CVM/GEA-1/Nº137, de 14 de abril de 1999.

4. Dita operação societária mostrava-se, portanto, imperativa do ponto de vista legal. Além disso, como o próprio ex-conselheiro afirma, textualmente, na matéria da revista acima citada, "do ponto de vista contábil-financeiro, a operação se explica e se sustenta", razão pela qual, decerto, aprovou-a.

5. As baixas de ativos mencionadas na reportagem em tela dizem respeito a lançamentos contábeis relativos ao "Excedente Nuclear" e a "Concessões a Licitar", também realizados com estrita observância da legislação aplicável.

6- A União comprometeu-se a suportar os ônus da diferença da opção nuclear em relação à hidroelétrica, desde a introdução do Programa Nuclear no Brasil. Há mais de 10(dez) anos, a ELETROBRÁS divulga, em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, os registros referentes aos ativos vinculados ao Programa Nuclear, tendo em vista o tratamento diferenciado que lhes foi conferido pela legislação própria.

7- Pela Portaria Interministerial nº 80, de 9 de abril de 1997, foi constituído um Grupo de Trabalho, representado por técnicos do Ministério de Minas e Energia, Secretaria Federal de Controle, Secretaria do Tesouro Nacional, ELETROBRÁS e Furnas, para fins de apurar os valores relativos aos denominados "custos excedentes nucleares".

8- Minucioso trabalho, apresentado em 5 de novembro do mesmo ano, concluiu, com adoção de critérios estritamente técnicos, que parte dos valores registrados não se referia a tais custos e, portanto, não seria passível de reembolso por parte da União.

9- Com fundamento na Medida Provisória nº 1.985-22, de 10 de dezembro de 1999, foi celebrado Contrato de Quitação de Dívidas, entre a União e a ELETROBRÁS, com interveniência de Furnas e Eletronuclear, no qual a União reconheceu, perante a ELETROBRÁS, a dívida de R$ 2.487,9 milhões, estabelecendo-se ali a forma de pagamento desse montante. Considerando que não havia qualquer perspectiva do valor remanescente de R$1.166,6 milhões ser reconhecido na tarifa, não restava outra alternativa senão a de liquidá-lo mediante baixa contábil.

10-Esta operação foi objeto de "Fato Relevante", publicado, em 23 de dezembro de 1999, nos jornais de grande circulação nacional, e está rigorosamente documentada, destacando-se, em especial, a Carta CTA-DF 2579/2000-1, de 6 de abril de 2000, dirigida à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

11-Por fim, encontra-se a mesma operação espelhada nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 1999, com destaque na Nota Explicativa nº 4, aprovadas pelo Parecer da PricewaterhouseCoopers, empresa de auditoria independente, pelos Conselhos Fiscal e de Administração e Assembléia Ordinária de Acionistas.

12-É, ainda, alvo de crítica totalmente improcedente, por parte do ex-conselheiro, o rebaixamento do valor do patrimônio da ELETROBRÁS, em conseqüência do que entende ele constituir "depreciação de ativos" sob a rubrica "Concessões a Licitar".

13-Trata-se, no caso, de custos incorridos com estudos e projetos para o aproveitamento de potenciais hidráulicos, os quais, de acordo com a Lei nº 8.987/95, serão indenizados por ocasião da licitação de concessões para a respectiva exploração.

14-Respaldada nos precedentes de avaliações, realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, à qual cabe conduzir tais licitações, a Diretoria de Engenharia da ELETROBRÁS produziu laudo de avaliação para retratar, nas Demonstrações Contábeis da Empresa, a atualização do valor dos citados ativos, em observância aos princípios contábeis geralmente aceitos destacando-se o do conservadorismo.

15-Tal procedimento acha-se detalhado na Nota Explicativa nº 5 às citadas Demonstrações, tendo sido a operação informada, por intermédio da Carta CTA-DF 2579/2000-1, de 6 de abril de 2000, dirigida à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

16-Releva ressaltar que o ex-conselheiro assinou o Parecer do Conselho Fiscal, referente às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, aprovando, portanto, os registros contábeis de "Excedente Nuclear" e "Concessões a Licitar", que agora critica.

17-Os outros assuntos, mencionados na citada reportagem, pelo ex-conselheiro, foram levados ao Conselho Fiscal da Companhia, a seu pedido, tendo sido prestados, por parte da ELETROBRÁS, os esclarecimentos que estavam na sua esfera de competência.

18-Os questionamentos concernentes à Centrais Elétricas de Rondônia – CERON e Guascor do Brasil envolvem atos de gestão daquela controlada, cabendo aos respectivos administradores responder, a qualquer tempo, na forma da Lei Societária, por sua regularidade.

19-As dúvidas suscitadas, relativas à licitação da linha de transmissão Tucuruí-Vila do Conde, foram elucidadas, em correspondência dirigida pelo Presidente da Companhia aos membros do Conselho Fiscal, no sentido de que a Centrais Elétricas Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, empresa do Sistema ELETROBRÁS, anterior detentora da concessão da referida linha, vinha adotando as providências cabíveis para resguardo do seu patrimônio, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL , titulada por lei, como exposto acima, a realizar as licitações para outorga de concessões.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias, por 20 minutos,.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a instalação de mais uma CPI no Senado Federal, a CPI do Futebol, que iniciou seus trabalhos ontem, surge a indagação de sempre: a CPI é um instrumento eficaz ou se constitui apenas um palanque eleitoral para o estrelismo de algumas lideranças políticas?

Não há dúvida de que um dos grandes adversários da CPI é a descrença. No entanto, é bom perguntar: a quem interessa desmoralizar o instituto da CPI? Obviamente não aos sérios e aos honestos. É bom, também, indagar: é verdade que as CPIs, no Parlamento, ao longo do tempo, não apresentam resultados efetivos? A resposta honesta certamente é a de que as CPIs constituem, na história do Parlamento brasileiro, um instrumento de real eficácia.

As críticas, às vezes, são corretas; o endereço, muitas vezes, incorreto. As críticas que se voltam contra as CPIs no Congresso Nacional acontecem, porque exigem delas o que não lhes cabe realizar. A CPI não julga, nem condena; investiga, denuncia, anuncia responsabilidades e remete suas conclusões ao Poder constitucionalmente competente, para que tome as providências do julgamento e da condenação.

Antes de abordar a questão atual da CPI do Futebol, que provoca, agora, o grande debate sobre o futebol como atividade lúdica e, sobretudo, como ati-

vidade essencialmente econômica, geradora de emprego, de renda e de receita pública, queremos reportar-nos à experiência vivida nesta Casa ou no Congresso Nacional relativamente às Comissões de Inquérito que aqui operaram.

A cassação do Presidente Fernando Collor de Mello teve início com a CPI que investigou seu governo. A cassação de Deputados Federais decorreu dos trabalhos da CPI do Orçamento, denominada popularmente de CPI dos Anões do Orçamento. A CPI do Poder Judiciário, mais recentemente, concluiu pela cassação do Senador Luiz Estevão; a CPI do Narcotráfico determinou a cassação de parlamentares federais e estaduais. Portanto, não conheço nenhum outro instrumento que tenha a eficácia da CPI, especialmente por apresentar – quando diz respeito a integrantes do próprio Poder Legislativo – providências imediatas num processo quase sumário. Agilidade igual não conhecemos quando se trata de punir.

Além da punição exemplar a parlamentares integrantes do Poder Legislativo, federal ou estadual, como exemplificamos, essas CPIs apresentaram relatórios consubstanciados em fatos resultantes de investigações que se aprofundaram, contribuindo de forma significativa para que o Ministério Público pudesse desenvolver com eficiência as suas atividades.

Portanto, não é correto afirmar que as CPIs no Parlamento brasileiro não oferecem resultados objetivos. Os exemplos são inúmeros e desmentem essa afirmativa. Todavia, seguramente, aqueles que descreditam as CPIs o fazem, muitas vezes, porque não receberam todas as informações, não conhecem as limitações desse instrumento de investigação parlamentar; outras vezes, porque simplesmente descreditam tudo – as instituições públicas, os políticos de modo geral, os partidos políticos. E também – e isso é lamentável – há aqueles que descreditam por má-fé, promovem o descrédito por má-fé, desejando que a CPI seja descreditada. São estes exatamente aqueles que não possuem nenhum interesse na investigação, na elucidação dos fatos, no combate à impunidade; aqueles que querem prevaleça a ausência absoluta de transparência, a impunidade absoluta, estimulando a corrupção que possibilita o enriquecimento ilícito.

É por essa razão que a CPI do Senado começa a ser atacada; é por essa razão que, por ser circunstancialmente autor do requerimento que possibilitou a instalação dessa CPI, tenho sido agredido de forma irresponsável e chula por alguns cartolas que exercem dupla função: a função de dirigente e a função de parlamentar integrante de uma CPI na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez e de forma definitiva, gostaria de esclarecer que a iniciativa do Senado foi decorrência do fato de ter a Câmara dos Deputados sepultado, há quase dois anos, a iniciativa frustrada do Deputado Aldo Rebelo de instalar a CPI Nike/CBF. Isso nos motivou a tomar a iniciativa no Senado Federal.

É bom frisar que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados ofereceu parecer pela inconstitucionalidade daquela CPI, fato que levou o Presidente a determinar a sua não instalação. Só tomamos as providências aqui quando se tornou fato consumado na outra Casa do Poder Legislativo a não instalação da CPI.

Posteriormente, quando aqui, no dia 14 de setembro, a CPI do Futebol tornou-se um fato consumado, irreversível, sobretudo após o Presidente Antonio Carlos Magalhães ter enfatizado que cumpriria o Regimento e determinaria a sua instalação, assumindo a causa da moralização do futebol no Brasil, a Câmara dos Deputados mudou de postura, ressuscitando a sepultada CPI Nike/CBF, e promovendo rapidamente, em regime de urgência, a sua instalação.

De outro lado, os parlamentares cartolas iniciaram um processo de tentativa de desqualificação da CPI do Senado Federal, atitude que queremos, de pronto, repudiar veementemente da tribuna desta Casa, porque não há outro propósito aqui a não ser o do cumprimento do dever. A responsabilidade do Senado é oferecer respostas às questões que são permanentemente levantadas no dia-a-dia do futebol brasileiro, com uma seleção de escândalos que retratam o estágio de corrupção desabrida que assolou o esporte no Brasil nos últimos anos. Tanto assim, que já a primeira reunião, a de instalação da CPI no Senado, demonstrou a boa-fé dos Srs. Senadores, cujos requerimentos, aprovados, buscam informações oficiais que subsidiem os depoimentos que serão colhidos durante o transcorrer dos seus trabalhos. É de se destacar que o Senador Bernardo Cabral, com sua larga experiência nas áreas jurídica e legislativa, tendo integrado várias CPIs, a par de sua militância na advocacia, apresentou uma sugestão inteligente e da maior importância, qual seja, a presença do Ministério Público no dia-a-dia, a cada passo daquela CPI. Isso implica dizer que, independentemente do relatório final, os fatos gerados, produzidos pela CPI a partir da sua instalação, poderão instrumentalizar o Ministério Público, na sua função constitucional.

Portanto, a aprovação dessa proposta do Senador Bernardo Cabral, na reunião de ontem, revela a disposição do Senado em trabalhar com seriedade, com maturidade política, com responsabilidade, com respeito à sociedade brasileira, buscando apresentar resultados objetivos que possam resultar na redução dos índices de corrupção no futebol do Brasil e, ao final, numa melhor organização, mais competente administração dessa atividade econômica essencial para o desenvolvimento nacional.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Com satisfação, concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral, que vai prestar a sua inteligente contribuição aos trabalhos desta CPI.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Álvaro Dias, esteja certo V. Exª de que a CPI que vem de ser instalada é, por assim dizer, de "alta voltagem política". Conforme V. Exª já bem esclareceu, a nossa CPI foi requerida – e ontem instalada – não em desfavor de sua congênere já instalada na Câmara dos Deputados, mas para trazer à tona várias circunstâncias, a primeira das quais V. Exª acaba de lembrar. Fui Presidente da CPI dos Precatórios, que resultou numa variada multa em derredor daqueles que fizeram não só a emissão mas a venda dos títulos – e digo isso porque a emissão era irregular e a venda era fraudulenta. Uma circunstância toda especial. V. Exª registrou a primeira parte, que é a presença do Ministério Público. Vou lembrar a V. Exª a segunda parte. Também ali – já fiz a sugestão à Mesa – V. Exª, ontem, consultando seus colegas de Mesa, deferiu a solicitação de um representante da Receita Federal. Na CPI dos Precatórios, fizemos um expediente ao Procurador-Geral, Dr. Geraldo Brindeiro, que designou dois subprocuradores imediatamente abaixo da sua autoridade, o que havia de mais alto nível na Procuradoria Geral da República; e o Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, fez questão de designar também, por igual, uma espécie de segundo seu na Receita Federal. Tenho certeza – e fique V. Exª atento para isso, Senador Álvaro Dias – de que a presença do Presidente em determinadas horas é superior à presença do Relator. Um Presidente não só enérgico, mas fora de qualquer conjuntura política e capaz de atender essa ou aquela corrente, de se impor, favorecerá a redação de um relatório pelo qual o Relator só terá a agradecer. E, neste caso, o Senador Geraldo Althoff goza, na Casa, a reputação – além de ser médico – de um homem sério, que não se submeterá a pressões, partam de onde partirem. V. Exª tem toda razão: esta não pode ser a CPI da esperança, para que a esperança não se transforme numa frágil aspiração em trânsito para o desencanto. Não! Ela vai ser aquilo que a Constituição estabelece, com poderes investigatórios iguais aos da Justiça brasileira. Conseqüentemente, quero dizer a V. Exª que a CPI do Futebol, relembrando o que eu dizia ao início, será uma CPI de alta voltagem política, porque as agressões já começaram – começaram primeiro comigo e agora estão passando por V. Exª. Infelizmente, certos políticos brasileiros estão muito mais voltados para suas ambições pessoais do que para os interesses da coletividade. Estarei dando a minha contribuição a essa CPI. Faço votos, formulo o desejo de que V. Exª tenha a colaboração e a compreensão de todos, sobretudo da mídia brasileira.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

Aliás, é bom destacar que a agressão, quando parte de determinadas pessoas, deixa de ser agressão e passa a ser louvor. Eu me preocuparia se fosse elogiado por determinadas figuras que militam nos bastidores do futebol do Brasil e que chegam a uma das Casas do Congresso Nacional pelo voto dos torcedores de seu clube. Portanto, evitamos até pronunciar os seus nomes, porque certamente estaríamos deslustrando os objetivos reais do nosso trabalho nesta Casa do Congresso Nacional.

Gostaria de destacar, inspirado pelo aparte de V. Exª, que a CPI começa a produzir efeitos positivos desde o seu anúncio, porque ela é, sem dúvida, inibidora da corrupção e da desonestidade e, de outro lado, é motivadora dos órgãos públicos, que passam a ter uma ação mais ágil e rigorosa no cumprimento de suas funções.

V. Exª discorreu sobre os reflexos da CPI dos Precatórios. Poderíamos citar como exemplo reflexos imediatos dessa CPI no Ministério da Previdência Social, com o Ministro Waldeck Ornelas prontamente adotando providências. S. Exª anuncia sugestões à CPI para a alteração da legislação, que oferece privilégios a clubes que pagam salários altíssimos a determinados atletas e não recolhem a necessária contribuição aos cofres da Previdência Social, tendo a sociedade brasileira a subsidiar as suas atividades.

Desse modo, são reflexos iniciais e extremamente positivos. Daí a conclusão de que aqueles que querem transformar a CPI numa simples encenação fazem exatamente o jogo dos que não desejam a organização da sociedade, a administração competen-

te daquilo que diz respeito ao interesse público. E o futebol diz respeito ao interesse público. Não há como negar.

Se há constrangimento por parte de algumas lideranças políticas em tratar esse tema no Congresso Nacional, de nossa parte não há qualquer tipo de constrangimento, porque temos profunda convicção da importância do futebol no projeto de desenvolvimento econômico e social deste País. Além de ser uma atividade lúdica e cultural, o futebol é também uma atividade eminentemente econômica, geradora de oportunidades de trabalho e de vida digna para a população do País. Aliás, a desorganização, que só interessa à corrupção, tem comprometido o processo de desenvolvimento dessa atividade econômica em nosso País. Estamos vivendo ainda o início do processo de desenvolvimento do futebol como atividade econômica. Isso ocorre não apenas com o futebol, mas com o esporte de modo geral, em nosso País.

O dado mais significativo é aquele que estabelece uma comparação desvantajosa para o Brasil. Enquanto nos países industrializados, nos países da Europa, nos Estados Unidos, os negócios do esporte representam 4% do PIB, no Brasil representam somente 1,7%. E temos de considerar que este País é vocacionado para o esporte. A população brasileira é vocacionada para as atividades esportivas. Não há dúvida de que temos aqui, portanto, um potencial extraordinário a ser desenvolvido nos próximos anos, evidentemente se as autoridades públicas, com competência e responsabilidade, trabalharem uma melhor organização.

Estamos recebendo inúmeras sugestões inteligentes de todo o País – hoje, eu pretendia inclusive apresentar aqui algumas delas. Há um rol de denúncias, também, chegando a cada dia. No entanto, a preocupação dessa CPI vai além da denúncia e da investigação. Passa pela necessidade da proposição de projetos de lei que possam aprimorar a legislação vigente para coibir os abusos praticados em função da impunidade absoluta que grassa, e, evidentemente, no plano administrativo, de sugestões para uma melhor administração do futebol no nosso País.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estava para concluir, mas, com a condescendência do nosso Presidente, Senador Geraldo Melo, concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros, que também terá uma participação importantíssima na CPI.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Álvaro Dias, inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Motivam-me a fazer o aparte duas situações. A primeira é que ontem fiz uma consulta verbal à Mesa dirigente da CPI para saber da possibilidade legal da convocação do dirigente do Vasco da Gama, Eurico Miranda, até pelo fato de ser ele Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Essa possibilidade – foi-nos informado pela assessoria técnica – existe, e estamos apresentando hoje a solicitação de convocação. Queremos também informar que lamentamos o fato de o relator da CPI na Câmara dos Deputados, Deputado Sílvio Torres, que é do nosso Partido, o PSDB, ter dito à imprensa brasileira que a convocação do Deputado Eurico Miranda traria dificuldades, desconforto. Entendemos diferentemente. Entendemos que a CPI não pode assumir um discurso corporativo para impedir a apuração daquilo que se quer apurar. Na CPI da Câmara dos Deputados – e hoje a imprensa brasileira traz isso –, o dirigente do Vasco, que é Deputado e membro da CPI, impediu a aprovação de um requerimento semelhante ao que apresentamos ontem, oralmente, e que estamos materializando hoje, que diz respeito à necessidade de os clubes enviarem à CPI do Futebol no Senado as cópias dos contratos dos clubes com os patrocinadores. Impediram isso na Câmara dos Deputados. Fazer uma CPI no instante em que a imprensa brasileira já divulgou a existência de irregularidades fiscais, que lamentavelmente envolvem o Vasco da Gama, e não buscar apurar porque quem manda no Vasco da Gama é um parlamentar não é correto. A CPI tem que apurar tudo o que for necessário; não podemos aqui nos guiar por interesses corporativos. Esta Casa tem autoridade para isso, porque ela corta na própria carne, como aconteceu no ano passado. Eu quero dizer mais uma vez que o futebol precisa de quem não precisa do futebol. E nós precisamos aqui defender os verdadeiros interesses do futebol brasileiro, inclusive os do Vasco, mostrando tudo o que acontece com os grandes clubes e o futebol do Brasil de modo geral.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Antero de Barros, hoje mesmo, pela Internet, chegaram ao meu gabinete inúmeras manifestações de torcedores do Vasco que querem a convocação do Deputado Eurico Miranda. V. Exª tem razão: o corporativismo jamais prevaleceu na história das CPIs no Congresso Nacional. Aqui as CPIs puniram, acima de tudo, parlamentares. O resultado mais eficaz da CPI diz respeito exatamente aos parlamentares; temos

cortado na própria carne, como disse V. Exª: inúmeros parlamentares já foram cassados em decorrência das investigações realizadas por CPIs tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Álvaro Dias, interrompo-o novamente apenas para, rapidamente, não dar margem a um mal-entendido: nós não temos o interesse prévio de punir ninguém. Temos o interesse de apurar tudo acerca do futebol brasileiro. Feitas as apurações, se houver necessidade, aí sim, deveremos evitar o sentimento corporativo nesta Casa e fazer o que tiver que ser feito. Esperamos também que não vá existir esse sentimento na Câmara dos Deputados. De qualquer maneira, é absurda a permanência do Deputado Eurico Miranda na CPI da Câmara dos Deputados. Não sou Deputado Federal, sou Senador, mas acho lamentável que alguém passível de ser investigado participe, por ser parlamentar, daquela CPI, na condição de investigador.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Nobre Senador Antero de Barros, há uma tentativa também, que queremos rechaçar, de excluir os clubes das investigações das CPIs.

Por intermédio da imprensa tomei conhecimento de depoimentos de parlamentares, que integram a CPI representando clubes – a CPI da Câmara dos Deputados –, defendendo que os clubes não fossem investigados. Ora, o futebol gira em torno dos clubes, são os clubes que eternizam ou perenizam nas federações, nas entidades maiores do futebol brasileiro, os dirigentes. As mazelas do futebol não moram única e exclusivamente na CBF: as mazelas brotam nos clubes e nas entidades esportivas de um modo em geral. Portanto, não há motivo para excluir nenhum segmento esportivo das investigações que aqui se devem realizar.

Obviamente, não investigaremos sem indícios, sem denúncias concretas, sem provas de que irregularidades existem. Por isso, relacionamos, no requerimento que justifica a instalação da CPI nesta Casa do Congresso Nacional, fatos determinados, que são denunciados constantemente, fatos que já foram, inclusive, investigados por órgãos públicos do País, como o Banco Central, como a Receita Federal, como o Ministério da Previdência Social.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o nosso desejo é que essa CPI possa realmente responder às expectativas da Nação. Não vendemos falsa expectativa, de forma alguma queremos iludir: a CPI tem limitações já conhecidas. No entanto, ela tem prerrogativas, instrumentos eficazes para produzir um relatório que possa significar, realmente, a redução dos índices de corrupção e uma melhor organização do futebol no Brasil, para que essa atividade econômica possa trazer benefícios maiores à nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Julio Eduardo.

O SR. JULIO EDUARDO (Bloco/PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ser o primeiro Senador brasileiro do Partido Verde, ainda que por um curto mandato, impõe-me, de início, uma tarefa fundamental na relação com esta Casa, que é a de apresentar o ideário de meu Partido e suas principais linhas de ação.

Certamente V. Exªs conhecem, em termos gerais, a história dos Verdes no mundo, mas gostaria de trazê-la para a realidade política atual de nosso País, até mesmo para expandir um possível campo de alianças que permanece subexplorado, dado o reduzido espaço que ainda ocupamos no debate, nas negociações e na conseqüente identificação de convergências e divergências dentro do espectro partidário.

Sim, o Partido Verde ainda é pequeno, mas as últimas eleições o mostram vivo, dinâmico e disposto a crescer. Por outro lado, o PV já nasceu grande em todo o mundo, dispondo-se a representar uma causa que marca a mais profunda mudança de perspectiva geopolítica e de valores da segunda metade deste século. No mundo da dualidade, da guerra fria, do confronto de megapretensões hegemônicas, a defesa do meio ambiente e da vida mostrou, como nunca antes, os limites naturais e humanos da ideologia do crescimento material, que parecia ser o totem inabalável dos sonhos desenvolvimentistas tanto de capitalistas quanto de socialistas. Não sem motivo, quando da derrocada do socialismo real, para muitos a sociedade organizada segundo os princípios do equilíbrio ecológico passou a ser a grande utopia, um novo patamar nos ideais de um mundo melhor e mais civilizado.

Nada foi tão surpreendentemente novo nas relações internacionais do que a diluição de fronteiras, evi-

denciada tanto de forma negativa, pela destruição ambiental planetária, quanto positiva, pelo crescimento e consolidação da militância ecologista, demonstrando a viabilidade de um elo objetivo de solidariedade e propósitos comuns, recortando horizontalmente quaisquer categorias e segmentações que possamos imaginar. O desejo de um mundo ecologicamente equilibrado perpassou classes sociais, sexo, raças, nacionalidades, faixas etárias, corporações, religiões, etc., tornando visível, antes que a globalização se tornasse a palavra da moda, a imagem de um mundo globalizado, pluralista, multicultural e solidário.

Ao lado do movimento feminista, o ambientalismo simboliza a força dos novos movimentos sociais que emergiram neste século para demonstrar a incapacidade dos velhos modelos ideológicos, calcados na primazia do econômico, e para darem conta da complexidade de uma sociedade no limiar de grandes transformações que anunciam o longo reinado da era da informação. E dentro do ambientalismo, o pensamento que gerou o Partido Verde traz uma contribuição específica e preciosa: a tentativa de construir espaço para as idéias ecologistas no campo da política, do processo de tomada de decisões.

Esse tem sido um caminho difícil, cheio de armadilhas, que freqüentemente nos coloca diante das nossas próprias contradições e limitações humanas, e até por isso tem se revelado uma escolha consistente e prazerosa. A missão de viabilizar politicamente a ideologia verde não é mesmo algo para se cristalizar no tempo, em uma cartilha ou palavras de ordem estanques. Ela é, na sua essência, a missão de tentar compreender as mudanças e estar sempre à altura dela e não apenas nos planos das grandes idéias. É preciso enfrentar o dia-a-dia, a realidade objetiva na qual o poder da destruição, em todos os sentidos, ainda se deixa ver dominante em cada esquina do mundo.

Lutar para salvar o planeta é uma simbologia integradora que serve para explicar, na verdade, um conjunto de compromissos que envolve uma construção coletiva de longo prazo, uma teia de valores e de atitudes que atinge preconceitos, que incomoda verdades estabelecidas, que propõe o difícil desafio de mudar a partir do cotidiano, que expõe as dificuldades e também as gratificantes vitórias de uma cidadania ativa, que se expressa, local e globalmente, em nome da liberdade, da paz, da ecologia, dos direitos civis, da autonomia, autogestão e de formas alternativas de vida, daquelas dimensões da humanidade que foram abafadas, massacradas por uma visão economicista, materialista e fragmentada do sentido da vida, muito bem expressa pela doença mundial do consumismo.

Temos consciência das dificuldades, mas não desistimos da luta e temos motivos para acreditar que estamos no bom caminho. O Partido Verde nasceu no Brasil, em 1986, para ser um canal de expressão de novas idéias e de novas possibilidades de organizar a sociedade brasileira. Ele pretende contribuir para a formação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos do nosso País às portas de um novo século e participar da busca inovadora de soluções para os problemas crônicos que nos afligem há séculos, e também para os novos problemas colocados pela sociedade, quais sejam, aqueles de alta tecnologia e informação, que rearranjam as relações de forma tão abrangente.

Temos ainda outras responsabilidades derivadas do fato de integrarmos o bloco social e político ao qual ainda cabe a denominação de esquerda, pelo que ela significa de luta contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e o autoritarismo que se recicla, adota máscaras modernizantes, na velha tática de mudar para que tudo permaneça na mesma.

Dessa forma, estamos engajados no conjunto de forças que batalha por objetivos fundamentais em nosso País: a reforma agrária, a efetiva universalização da educação, a universalização de condições mínimas de vida e trabalho, a plenitude das liberdades democráticas e dos direitos humanos.

A política é o instrumento, por excelência, para atingir esses objetivos, mas não apenas a política no plano institucional, no Parlamento ou nos diferentes níveis de exercício da representação pública. Para nós, o campo essencial da prática política é o cotidiano, onde ela deve se entranhar na vida do cidadão, atingi-lo e sensibilizá-lo para as necessidades coletivas, despertar-lhe a consciência de sua força e da força da comunidade. Nesse sentido, estamos ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que hoje reacendem a importância de agir no plano local, de dar as mãos para resolver solidária e ativamente os problemas comuns, fazendo com isso a grande revolução silenciosa da cidadania, que, tenho certeza, criará a cultura política de que o Brasil precisa para sair das amarras da dominação das elites que ainda hoje se comportam como se a população brasileira fosse dividida em casa grande e senzala.

Estamos ao lado das lutas de segmentos sociais muitas vezes impropriamente chamados de minorias, como é o caso das mulheres, dos negros e de to-

dos os grupos vítimas da opressão generalizada ou específica que reivindicam o seu direito à diferença. Defendemos uma sociedade cada vez mais descentralizada em todos os níveis, onde nenhum grupo – econômico, político ou cultural – possa impor sua hegemonia ou a de seus interesses sobre os demais; onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir à sua sede de lucro e poder.

Acreditamos que, apesar de tudo, as condições para essas mudanças nunca estiveram tão favoráveis quanto agora e, portanto, o Partido Verde reassume-se como alternativa política para os que acreditam na possibilidade de uma vida digna e de uma nova sociedade. Se em todo o País vemos exemplos da continuidade de métodos atrasados e truculentos de exercício do poder, devemos legitimamente registrar, sem nenhum excesso de otimismo, que temos expressivos exemplos de formação de focos de irradiação que sinalizam para um arejamento social e político tão promissor quanto consistente. Apesar, é claro, dos percalços e do permanente embate com a renitente política tradicional que, por todos os meios, até os mais sórdidos e inacreditáveis, aferra-se ao seu poder conquistado à custa da manutenção do povo em um estado de letargia, ignorância e submissão que explica em boa parte por que um País rico e tão cheio de vantagens naturais comparativas como é o Brasil afunde-se secularmente numa situação de pobreza e de **apartheid** social inaceitáveis.

Tenho orgulho de afirmar que um desses focos de irradiação de mudança é hoje o Acre, pela ação de uma parte da sociedade que, respaldada no exemplo de lideranças emblemáticas como Chico Mendes, decidiu colocar mãos à obra e está tirando o Estado de uma situação de refém uma política de faroeste que, pela violência com que se tornou tristemente famosa em todo o País e por métodos corruptos de governar, pretendia fazer do Poder Público apenas uma base institucional para estripulias do que chamamos de coronéis de barranco. Hoje, felizmente, o Acre é mais conhecido, nacional e internacionalmente, por ser a terra da Senadora Marina Silva, por ser o Estado onde, na gestão do Governador Jorge Viana, tenta-se viabilizar um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na valorização do nosso maior trunfo, que é a Floresta Amazônica e suas riquezas.

Também no Amapá temos uma tentativa semelhante com o Governador Capiberibe que, como todos sabem, paga hoje o preço de sua coragem de enfrentar o crime organizado e a política tradicional do Estado.

Mas tanto no Acre quanto no Amapá, se sofremos revezes e se o caminho é cheio de armadilhas, sabemos também que há uma parte do Brasil e do mundo que nos olha com esperança, nos ajuda e forma conosco a grande rede de mudanças que ora se expressa nas bordas da Amazônia, ora nas grandes cidades, em pequenas e grandes experiências que vão formando a cunha que abre espaços no processo de tomada de decisão e aos poucos desconstrói a hegemonia da política anticidadã, fragmentária e excludente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é o quadro geral de posicionamento do Partido Verde no Brasil hoje. Mas gostaria, ainda, de destacar alguns pontos de nossa identidade partidária, de nossos princípios e programas, calcados em valores fundamentais, como: a ecologia, a cidadania, a democracia, a justiça social, a liberdade, a espiritualidade, o pacifismo, o multiculturalismo, o internacionalismo, o direito ao saber, o municipalismo e, finalmente, a relevância da cidadania feminina.

Sr. Presidente, o PV faz parte da família política internacional dos Verdes, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70. Relaciona-se com essa família com base na autonomia, fraternidade e solidariedade. Propõe-se a desenvolver estratégia conjunta e atividades coordenadas em favor de seus valores e princípios, atuando como canal de ação política, no campo institucional, para servir ao ambientalismo, sem pretensões hegemônicas ou instrumentalizantes. Participamos, por meio de nossos militantes, dos movimentos sociais, culturais e das organizações não-governamentais.

Dediquei-me hoje a tratar da identidade de nosso Partido, pois tenho esperança de que ela continue sendo a face de uma causa capaz de mobilizar os sentimentos, os valores, o desejo de uma vida melhor e de um avanço civilizatório que reside na maioria dos seres humanos. Essa é, portanto, a foto ampliada de nossos propósitos, que se desdobram em análises e propostas para questões específicas que se colocam para nosso País com urgência, às vezes, dramática. Poderia citar o caos das cidades, que demanda grande esforço teórico e prático de ecologia urbana. O caso da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, do cerrado e outros ecossistemas fundamentais que exigem criatividade, honestidade e empenho para evitar que sejam imolados à ganância imediatista e cega. Citaria, também, o dilema nuclear brasileiro, uma he-

rança infeliz da ditadura militar, fonte de enorme desperdício de recursos e riscos ambientais, plantada como um fantasma a emperrar o debate necessário e inadiável sobre nossa matriz energética. Há, ainda, a situação crítica das águas, que merece a prioridade de meu Partido e a minha, pessoal.

Enfim, voltarei a esta tribuna em outras ocasiões para tratar desses problemas de maneira mais aprofundada, esperando obter a compreensão e o apoio de meus pares para que mantenhamos à tona essas discussões que sonhamos ver difundidas por toda a nossa sociedade. Cada vez menos como um assunto da seara do Partido Verde e dos ambientalistas, cada vez mais um objetivo estratégico dos brasileiros, uma sinalização saudável de que um dia seremos, de fato, a nação do futuro. Não do futuro megalomaníaco do poder e da imitação de um estilo de desenvolvimento consumista e predador, mas o futuro no qual cada ser humano possa desfrutar das condições básicas para que possa aspirar a ser feliz, como cidadão de um país e como habitante de nossa grande casa comum, a Terra.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JULIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Concedo o aparte a V. Exª, com muita satisfação.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Senador Julio Eduardo, desejo dar-lhe as boas-vindas nesta Casa. Quero cumprimentá-lo especialmente pelo discurso de V. Exª – embasado, conceitual, relatando o conteúdo programático da linha ideológica a que V. Exª se filia –, que enriquece esta Casa. Os ideais de V. Exª, na verdade, são os de todos nós. Muitas vezes, os Srs. Senadores buscam ideais comuns por caminhos diversos, mas todos desejamos uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais preservada. Que a discussão desses ideais e desses programas partidários seja realizada nesta Casa. Pelo conteúdo do discurso de V. Exª – que me trouxe ao plenário para aparteá-lo –, não tenho dúvida de que a presença de V. Exª enriquecerá o debate nos planos intelectual e político. Conte com a nossa atenção, com o nosso respeito, com as nossas eventuais discordâncias, sempre respeitosas, e, mais do que isso, com o nosso desejo de buscar convergências para que, juntos, possamos contribuir com o País a que servimos. Seja muito bem-vindo.

O SR. JULIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Senador José Roberto Arruda, fico muito agradecido pelo aparte tão elogioso. Gostaria de manifestar minha certeza de que o crescimento do Partido Verde no nosso País e no mundo deve-se à essência de seu conteúdo programático e à solidariedade de outros partidos e de outros movimentos que têm uma causa comum: a saúde do Planeta. Portanto, muito obrigado pelo elogio e pelo aparte.

Sr. Presidente, peço a autorização de V. Exª para que o Manifesto do Partido Verde conste dos Anais desta Casa.

Para finalizar, gostaria de elogiar o Congresso Nacional pela aprovação, ontem, de um crédito suplementar para o Programa Amazônia Solidária. Faço esse elogio em nome de mais de 50 mil extrativistas da Amazônia como um todo – do ocidente ao oriente – que aguardavam esse crédito há quase um ano. Estendo os elogios e agradecimentos ao Ministro do Meio Ambiente, à Drª Mary Helena Allegrett e ao Diretor da ANA, Dr. Lauro Figueiredo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JULIO EDUARDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

MANIFESTO DO PARTIDO VERDE

O Partido Verde (PV) se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Surge a reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos. Nunca na sua história a humanidade esteve tão ameaçada: os riscos de proliferação nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais, a violência crescente nos grandes centros urbanos. Tudo isso configura uma verdadeira crise de civilização e faz com que cada cidadão consciente se preocupe com o futuro. Em diversos países, os adeptos da ecologia política se organizam em partidos para levar sua mensagem. Com o inegável avanço político registrado no país nos últimos anos, amadurecem as condições para a criação de um Partido Verde no Brasil.

O Partido Verde se define como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Considera que o povo brasileiro está descontente com a chamada "classe política" e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna. O povo brasileiro está cansado de uma elite fisiológica, que vê na política não uma forma de representação das aspirações dos cidadãos, mas uma carreira profissional, um caminho de enriquecimento e poder individual.

O Partido Verde não pretende o monopólio de nenhuma dessas bandeiras que defende; sabe que em torno de cada uma delas encontrará aliados em outros partidos e na sociedade em geral. Considera, no entanto, que a sua formação e atuação será uma contribuição nessa luta. O Partido Verde pretende ser um

canal de expressão das novas idéias que surgiram, nos últimos anos, na sociedade brasileira. Ele pretende contribuir para a formação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos da nação brasileira, neste limiar do século XXI. Participar do debate e da solução dos problemas crônicos que, há séculos, afligem a nossa sociedade e, também, dos novos problemas que começam a se colocar e que irão, fatalmente, provocar profundas mudanças, como é o caso da informática e da robótica. Dependendo de como essas questões sejam encaminhadas, elas poderão trazer mais liberdade e autonomia ou mais repressão, alienação e desemprego no futuro dos brasileiros.

O Partido Verde, no Brasil, tem ainda outras responsabilidades. é parte integrante de um bloco social e político que trava a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e outros resquícios do autoritarismo. Estará engajado, junto com todas as outras forças políticas e sociais do bloco popular, na luta pela Reforma Agrária (...) por melhores condições de vida e trabalho, pela consolidação e exercício pleno das liberdades democráticas e dos direitos humanos no Brasil (...).

O Partido Verde não vê a política apenas no seu plano institucional, ao nível do parlamento, dos ministérios, secretarias, palácios e gabinetes; se preocupa com a política do cotidiano. Neste sentido, estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas fazendo-a mais livre e digna. Estará ao lado das mulheres, dos negros, das chamadas minorias, de todos os grupos vitimas da opressão generalizada ou específica. Defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, onde nenhum grupo, econômico, político ou cultural possa impor sua hegemonia ou a dos seus interesses, sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir sua sede de lucro e poder.

Acreditamos que, dificilmente, existirá outra nação onde a potencialidade da causa ecológica seja tão grande. Também, dificilmente, existirá outra nação onde a urgência desta luta seja tamanha. O Brasil é um dos países do mundo com mais natureza a defender e, simultaneamente, um dos países onde ela está sendo mais rapidamente devastada pela voracidade dos modelos econômicos predatórios, do capitalismo selvagem, pelo descaso e inoperância do Estado e pelo ainda baixo nível de consciência dos cidadãos. Acreditamos que este quadro pode ser modificado e que, apesar de tudo, as condições para tanto nunca estiveram tão favoráveis quanto agora. Por isso, o Partido Verde surge como uma alternativa política, para os que acreditam na possibilidade de uma vida digna e de uma nova sociedade.

Janeiro de 1986

VALORES FUNDAMENTAIS

A Ecologia: A preservação do meio ambiente, o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável), a reciclagem e a recuperação ambiental permanente.

A Cidadania: O respeito aos direitos humanos, o pluralismo, a transparência, o pleno acesso à informação e a mobilização pela transformação pacífica da sociedade.

A Democracia: O exercício da democracia representativa, através do processo eleitoral e da existência de um poder público eficiente e profissionalizado, combinado com mecanismos participativos e de democracia direta, sobretudo a nível local, através de formas de organização da sociedade civil e conselhos paritários com o poder público.

A Justiça Social: Condições mínimas de sobrevivência em dignidade para todas as pessoas. Direitos e oportunidades iguais para todos. O poder público como regulador do mercado protegendo os mais fracos e necessitados, garantindo o acesso à terra e promovendo a redistribuição da renda através de mecanismos tributários e do investimento público.

A Liberdade: A liberdade de expressão política, criação artística, expressão cultural e informação; o direito à privacidade; o livre arbítrio em relação ao próprio corpo; a autonomia de e a iniciativa privada, no âmbito econômico.

O Municipalismo: O fortalecimento cada vez maior do poder local, das competências municipais e das formas de organização e participação da comunidade. Para transformar globalmente é preciso agir localmente.

A Espiritualidade: A transformação interior das pessoas para a melhoria do planeta. Reconhecimento da pluralidade de caminhos na busca da transcendência através de práticas espirituais e de meditação ao livre arbítrio de cada um.

O Pacifismo: O desarmamento planetário e local, a busca da paz e o compromisso com a não violência e a defesa da vida.

O Multiculturalismo: A diversidade, a troca e a integração cultural, étnica e social para uma sociedade democrática e existencialmente rica. Preservação do Patrimônio Cultural. Contra todas as formas de preconceito e discriminação racial, cultural, etária ou de orientação sexual.

O Internacionalismo: A solidariedade planetária e a fraternidade internacionalista diante das tendências destrutivas do chauvinismo, etnocentrismo, xenofobia, integrismo religioso, racismo e do neofascismo a serem enfrentados em escala planetária, assim como as agressões ambientais de efeito global.

A Cidadania Feminina: A questão masculino/feminino deve ser entendida de forma democrática, avançando no sentido de se conceber uma profunda interação entre os dois pólos, nos diversos setores da sociedade, visando uma real adequação às necessidades circunstanciais. Homem e mulher devem buscar, como integrantes do sistema social, mudanças e transformações internas, que venham a se traduzir numa prática de caráter fundamentalmente cooperativo. Maior poder, maior participação e maior afirmação da mulher e dos valores e sensibilidade feminina, além do combate a todas as formas de discriminação machista ou sexista, por uma comunidade mais harmônica e pacífica.

O Saber: O investimento no conhecimento como única forma de sair da indigência, do subdesenvolvimento e da marginalização para uma sociedade mais informada e preparada para o novo século. Erradicação do analfabetismo, educação permanente e a reciclagem de conhecimentos durante toda a vida. Prioridade ao ensino básico, garantia de escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

Rio de Janeiro, maio de 1996

PROGRAMA DO PARTIDO VERDE

Programa: 1 – Princípios

1. O PV é um instrumento da ecologia política. Sua existência não é um fim em si mesmo e só faz sentido na medida em que sirva para fazer avançar suas idéias e programa na soci-

edade transformando concretamente a realidade. O PV faz parte de uma família política internacional, os verdes, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70. Se relaciona com os partidos e movimentos verdes de outros países com base na autonomia, fraternidade e solidariedade. Se propõe a desenvolver uma estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor do desarmamento, da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos em todos os países mundo.

2. Considerando a crescente impotência dos estados nacionais, mesmo os das nações mais poderosas, de controlar os fluxos da especulação financeira internacional e o aprofundamento das desigualdades na relação norte-sul; o aumento da exclusão, do desemprego e das injustiças sociais; as ameaças ambientais em escala planetária, como o "efeito estufa", a deterioração da camada de ozônio e a proliferação nuclear; os verdes devem tomar a iniciativa de propor formas supranacionais de controle democrático sobre as movimentações especulativas de capitais, sobre o fluxo de produtos e serviços que não contemplem em seus países de origem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e as agressões ao meio ambiente de efeito global.
3. O PV luta pelo fortalecimento do movimento ecologista e pela realização das suas propostas. Funciona como um canal de ação política, no campo institucional, para servir o ambientalismo, sem pretensões hegemônicas ou instrumentalizantes. O PV participa, através dos seus militantes, dos movimentos sociais, culturais e das organizações não governamentais. O PV deve organizar-se junto às comunidades locais, obter o poder através dos diversos níveis do legislativo e executivo, para a execução do programa verde no plano local, regional e nacional.
4. O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes. O PV identifica-se com o ideário de esquerda no compromisso com as aspirações da grande maioria trabalhadora da população e na solidariedade com todos os setores excluídos, oprimidos e discriminados. Defende a redistribuição da renda, a justiça social, o papel regulador e protetor do poder público em relação aos desfavorecidos e os interesses da maioria dos cidadãos, não só diante do poder econômico, como dos privilégios corporativistas. Mas não segue os cânones da esquerda tradicional, da mesma forma com que questiona a atual hegemonia neoliberal, duas vertentes do paradigma produtivista do século XIX. Os verdes buscam na ecologia política novos caminhos para os problemas do planeta nessa virada de milênio.
5. O PV se identifica com os princípios democráticos e pluralistas: sufrágio universal, pluripartidarismo, voto facultativo, separação de poderes públicos e subordinação das Forças Armadas ao poder civil, livremente eleito pelo povo. Reconhece na democracia o instrumento de superação de divergências e defende o aprofundamento de uma cultura democrática que estimule o convívio pacífico, harmonioso, solidário e cooperativo entre os cidadãos.

O PV defende no campo institucional:

A Reforma do Estado: a modernização, informatização, desburocratização e democratização, visando a formação de um corpo de administração eficiente, impessoal e democrático, capaz de atender da mesma forma qualquer cidadão, independente do seu **status** social. Esse objetivo de médio e longo prazo passa por uma política de remanejamento de pessoal, combate à acumulação de aposentadoria, destinado a reduzir e racionalizar o excesso de funcionários, esvaziar o clientelismo e chegar a um corpo menor, mais bem remunerado e instruído de servidores públicos, prestando serviços com atuação responsável.

A Federação: Aprimoramento do desenho institucional do País para a afirmação de uma verdadeira federação através da definição clara dos papeis da União, Estados e Municípios e dos mecanismos que permitam a integração destas três instâncias.

O Poder Local: os municípios devem recuperar o conjunto de competências necessárias ao seu exercício que significa a gestão do dia a dia da população. Deve passar à órbita municipal a gestão efetiva dos transportes e do trânsito, das águas e esgotos, do meio ambiente, da segurança, da saúde, da educação e dos demais setores básicos de imediato interesse da população.

A Democracia Participativa: devem ser criados mecanismos de democracia direta, como referendos ou plebiscitos que permitam aos cidadãos deliberar diretamente sobre questões de âmbito nacional, regional ou local, facilitada a participação ativa da população em conselhos para deliberar, fiscalizar e dar mais entrosamento e eficácia à ação do poder público.

O Parlamentarismo: trata-se de um modelo institucional mais flexível e eficaz. O Partido Verde considera que eleitorado deve voltar a ser consultado, no início da próxima década, sobre essa questão.

Programa: 2 – Economia Verde Para Uma Vida Melhor

6. A estreita relação entre a questão ambiental e a questão social é a base da proposta verde para uma vida melhor. Os problemas tanto sociais como ambientais devem ser tratados numa perspectiva integrada e sistêmica para realmente terem efeito sobre a qualidade de vida da população. A simples reivindicação quantitativa, economicista de "mais" raramente trará consigo, de forma automática, uma vida melhor. Mais renda e mais consumo nem sempre são capazes de propiciar, por si só, uma melhor qualidade de vida e mais felicidade, podem, eventualmente, até mesmo acelerar sua degradação. Inversamente, a simples preocupação conservacionista da natureza, sem uma sensibilidade social, a incapacidade de apontar modelos de desenvolvimento sustentável só pode agravar a miséria e abrir caminho a uma devastação ambiental ainda maior no futuro. Os verdes propugnam o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) como caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas e não poluentes.
7. Emprego, Qualidade de Vida e Produção: o desemprego e a exclusão são o principal desafio social planetário da virada do milênio. No Brasil a crônica marginalização de milhões de pessoas em relação à sociedade produtiva e de consumo será agravada por um novo desemprego, atingindo trabalhadores previamente integrados, sobretudo no setor industrial, resultante dos avanços da informatização, da automação e da internacionalização da economia.

Para fazer frente a essa realidade é necessário:

a) reduzir a jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução de salários; criar mecanismos de emprego compartilhado e ampliar o seguro desemprego;

b) o poder público investir diretamente e estimular investimento privado na criação de empregos com utilização intensiva de mão-de-obra na proteção e recuperação ambiental: reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques, reciclagem de lixo, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo, entre outros...

c) estimular as pequenas e médias empresas apoiando sua modernização e a adoção de tecnologias eficazes e na busca de novas formas de economia comunitária, cooperativa e autogestionária.

8. Numa economia mundial que se orienta cada vez mais para serviços mais diversificados e sofisticados, profundamente condicionada pela especulação financeira transnacional, é necessário lutar por uma retomada cada vez maior de investimentos produtivos prioritariamente na melhoria da qualidade de vida da população em todos os níveis, em novos serviços que preservem e recuperem o meio ambiente e melhorem o cotidiano das pessoas.
9. Os verdes não fazem uma distinção maniqueísta entre investimentos nacionais e estrangeiros. Preferem tomar como critério as implicações e conseqüências sociais e ecológicas desses investimentos e o valor de uso do bem ou serviço produzido, estimulando investimentos geradores de empregos e trabalhos, bens e serviços úteis, produzidos em melhores condições ambientais e desestimulando os baseados na superexploração do trabalhador e na poluição do meio ambiente ou na não-sustentabilidade.
10. Reforma Agrária Ecológica e Luta Contra o Desperdício e a fome: o acesso à terra, ao crédito e à orientação para uma agricultura produtiva e *ecologicamente* sustentável é um dos principais problemas sociais brasileiros.

O PV defende:

a) a desapropriação de terras ociosas ou de baixa produtividade e dos megalatifundios, preservadas as áreas de interesse ecológico. O aumento do número de proprietários rurais e produtores priorizando os estados onde vivem os sem-terra e desestimulando o êxodo rumo à Amazônia bem como o inchaço das periferias das grandes cidades; apoio a formação de cooperativas de produção, distribuição e venda de produtos agrícolas de consumo popular;

b) adoção do rito sumário nas desapropriações para a reforma agrária;

c) articulação da reforma agrária com uma política agrícola de apoio ao produtor para culturas prioritariamente de alimentos com técnicas de agricultura biológica, livres de agrotóxicos;

d) estímulo à produção de alimentos saudáveis para o mercado interno e aperfeiçoamento da rede de transporte e estocagem de alimentos tornando-os mais seguros, reduzindo o desperdício e às perdas de alimento por erros de estocagem ou transporte e pela não reciclagem das sobras no varejo;

e) criação de redes de fornecimento gratuito e diário de refeições, coordenadas localmente em parcerias dos municípios com as ONG e a iniciativa privada, institucionalizadas de forma a assegurar seu serviço regular e continuidade.

11. Imposto Negativo, Renda Mínima e Salário Escolar: O PV defende o papel do Poder Público no combate à miséria absoluta e na proteção dos mais desfavorecidos que não podem ser abandonados ao espontaneísmo muitas vezes massacrante do mercado. A crise do "estado do bem-estar" (welfare state) – que nunca existiu de forma efetiva no Brasil – significa o anacronismo de certos mecanismos, não do princípio em si. A espontaneidade do mercado aliada à automação só gerará mais exclusão e marginalidade sem a intervenção pública. Esta deve, no entanto, livrar-se do clientelismo, do corporativismo e dos privilégios a setores que estão longe de constituir os segmentos mais vulneráveis. O combate decidido à miséria absoluta é fundamental não só para os miseráveis como para toda a sociedade.

Os verdes propõem:

a) a gradual introdução do imposto negativo para assegurar uma renda mínima de sobrevivência a todo cidadão necessitado;

b) a criação de um salário escolar para as mães de crianças carentes que as mantenham nas escolas;

c) para obter fundos para esses programas pode-se recorrer ao aumento de taxação sobre a indústria de bebidas, tabaco entre outras e o setor financeiro.

Programa: 3 – Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento

12. O principal obstáculo a um desenvolvimento sustentado e a uma democracia plena no país é o cada vez mais baixo nível educacional e cultural das sucessivas gerações que passam pelo ou ao largo do sistema educacional vigente. A degradação do sistema educacional, sua incapacidade de formar cidadãos e também servir de base para uma valorização profissional adequada prejudica notavelmente a consolidação de uma sociedade solidária e de uma economia capaz de criar o máximo de valor agregado, o que depende de mão-de-obra qualificada.

São necessárias:

a) a educação das crianças para o pleno exercício da cidadania e a afirmação de uma cultura democrática de tolerância que estimule o convívio salutar das diferenças, afastando toda forma de opressão, discriminação e preconceito, que faça da solidariedade, do respeito aos direitos humanos e da defesa da natureza, valores permanentes da sociedade;

b) a recuperação e reabilitação da escola pública nos níveis primário, secundário e universitário, com um investimento no nível salarial e de formação e reciclagem permanente do professor;

c) a defesa do ensino público universitário e investimento na informatização, na educação à distância, estímulo a formas de educação comunitárias e informais, em todos os níveis;

d) a defesa da universidade pública a serviço das transformações sociais, do apoio à comunidade e ao ecodesenvolvimento;

e) a defesa da moradia estudantil para todos os estudantes de nível de segundo e terceiro graus, nas capitais brasileiras e em cidades que se destaquem como pólos de formação educacional, visando o incentivo ao estudante brasileiro que deixa a sua terra natal em busca de uma formação profissional que contribuirá para o desenvolvimento do país.

13. Salvar as Crianças Carentes: Uma política de salvação física e cultural de milhões de crianças abandonadas principal problema social do Brasil, através da mobilização de recursos na-

cionais e internacionais e uma política de assistência local comunitária.

Para tanto são necessárias:

a) a escolarização e assistência das crianças retiradas da rua pela rede comum de escolas públicas, dotada de verbas suplementares e pessoal especializado para promover a sua adaptação com assistência médica, alojamento e alimentação;

b) o apoio às iniciativas comunitárias e descentralizadas de apoio às crianças para retirá-las da rua: albergues, apoio a formas imediatas de geração de renda, formação profissionalizante, cultural, artística e lazer;

c) a promoção do envolvimento de menores carentes em atividades como jardinagem, reflorestamento, a coleta seletiva, reciclagem e comercialização do lixo, o artesanato entre outros;

d) no caso de menores infratores, considerados de alta periculosidade, após a avaliação pertinente dos Conselhos Tutelares Municipais interdisciplinares, estes deverão ser internados em estabelecimentos especiais, dependentes do Ministério da Justiça, de pequeno porte e lotação restrita, sempre que possível próximos às comunidades de origem, e dotados de possibilidades de formação profissionalizante e recuperação;

e) a assistência médica especializada para as crianças de rua e para diversas campanhas educativas preventivas, entre elas a DST'S/AIDS;

f) combate à intoxicação com cola de sapateiro mediante adição na sua produção de substância de cheiro desagradável que desestimule sua aspiração;

g) combate à prostituição infantil e juvenil e o tráfico internacional de crianças com a atribuição de penas maiores para estes crimes, com sua inclusão no rol dos crimes hediondos.

Programa: 5 – Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades

14. A ecologia urbana é o grande desafio da virada do milênio pois mais de 70% da população brasileira se concentra nas cidades. As cidades estão inseridas no ecossistema que constituiu seu berço, elas são construções humanas sobre um território geográfico, geológico e condições climáticas que interagem incessantemente e condicionam sua vida, para o bem ou para o mal. A crise urbana é cada vez mais intensa e só poderá ser enfrentada com sucesso dentro de uma concepção que se proponha a integrar sabiamente a cidade ao seu ambiente natural e não divorciá-la.
15. Águas: o fornecimento de água limpa em quantidade suficiente sem desperdícios e perdas; a construção de redes de esgoto; o tratamento de efluentes domésticos e industriais e a drenagem e disposição adequada das águas pluviais devem ser uma prioridade absoluta na ecologia urbana. Ela deve ser encaminhada através de empresas capacitadas tecnicamente, com uma relação transparente e democrática com a população.

Cabe:

a) a municipalização, descentralização e democratização dos serviços de distribuição de águas, o esgotamento sanitário e a despoluição hídrica, através da criação de conselhos das águas com a participação da sociedade civil;

b) o controle do poder local, sob fiscalização da população organizada sobre a qualidade de prestação de serviços, podendo concedê-los ao setor privado desde que possa assegurar efetivamente esse controle de qualidade dos serviços e das taxas e das tarifas;

c) o tratamento de efluentes domésticos e industriais deve ser implementado e controlado e o uso das águas taxado de acordo com sua utilização e grau de comprometimento.

16. Lixo: o acúmulo de lixo em áreas urbanas é um dos grandes fatores responsáveis por inundações e desabamentos, além de constituir ameaça à saúde pública e fator de depreciação da autoestima e da imagem das cidades que não conseguem lidar adequadamente com a sua coleta e destinação final. A má disposição de resíduos industriais, alguns altamente poluentes, contamina o solo, o lençol freático e causa danos gravíssimos à saúde das populações afetadas.

É necessário:

a) diminuir o volume de lixo mudando uma mentalidade de embalagem baseada no desperdício, reduzindo e simplificando ao máximo os invólucros, desestimulando o uso intensivo dos plásticos e obrigando as empresas de bebidas e outras a assumirem sua parte de responsabilidade plena na reciclagem de latas e garrafas plásticas, acabando com a cultura dos descartáveis;

b)assumir o lixo também como um problema cultural com um intenso trabalho de conscientização para obter mudanças comportamentais e implementar projetos de coleta comunitária, compra do lixo, em comunidades carentes, onde ele constitui fator de risco, cooperativas de catadores e programas de separação e coleta seletiva para a reciclagem;

c) considerar a reciclagem de componentes do lixo e do entulho um imperativo ambiental e um investimento no futuro, independentemente de ser ou não uma atividade não deficitária, a curto prazo;

d) acabar com os vazadouros a céu aberto para a disposição final do lixo substituindo-os por aterros sanitários ambientalmente administrados com reflorestamento, disposição adequada do chorume e captação de gás metano.

17. As usinas de reciclagem e compostagem são uma solução aceitável desde que sua tecnologia seja apropriada às nossas condições climáticas e de mão de obra. Já a introdução de incineradores é questionável pelos custos diretos e indiretos, riscos de poluição com dioxinas e outros relativos à soluções de alta tecnologia transpostas fora do contexto climático, técnico e cultural onde foram concebidas, embora isso não deva ser tratado como um dogma para todas situações.
18. Transporte: o modelo rodoviarista e o primado absoluto do automóvel como paradigma de deslocamento e de **status** moldou cidades perversas nas quais o trânsito se transforma num dos principais componentes da violência urbana e onde a população paga caro por um transporte poluente e ineficaz.

É preciso:

a) priorizar o transporte de massas nas suas alternativas mais eficientes e não poluentes, de acordo com as condições específicas da cada cidade:

trens de superfície, metrô, Veículo Leve sobre Trilhos – VLT – bonde, trolei, bem como as formas de integração inter-modais;

b) implantar sistemas cicloviários com ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e educação para sua correta utilização e inte-

grar os sistemas cicloviários com o transporte de massa sobre trilhos, barcas e terminais de ônibus;

c) criar outras facilidade de transporte não motorizado libertando e alargando as calçadas para os pedestres, promovendo a patinação e a caminhada. Proteger o pedestre e fazer valer sua prioridade frente aos veículos motorizados;

d) estimular o transporte hidroviário. Aumentar o controle público e comunitário sobre o transporte urbano;

e) estimular a reconversão para o gás natural dos ônibus, caminhões e táxis; f) desestimular progressivamente o uso intensivo do automóvel, que deve ser tratado como transporte apropriado para deslocamentos de longa distância, e não como transporte para o dia a dia. Para tanto é conveniente multiplicar gradualmente zonas de estacionamento pago.

g) amenizar o tráfego em áreas residenciais, através do desenho urbano que obrigue a uma redução de velocidade e a um comportamento mais prudente do automobilista;

h) municipalizar a polícia de trânsito e agir com extremo rigor em relação às infrações e crimes de trânsito;

i) construir garagens subterrâneas para mitigar congestionamentos e emissões de gases, desde que acompanhadas pela supressão correspondente de vagas na superfície;

j) adotar estratégias de zoneamento estimulando o desenvolvimento local, os usos múltiplos dos bairros, com geração de emprego mais próximo do local de moradia.

k) investir na diminuição da demanda de transporte pelo desenvolvimento tecnológico e pelo estímulo ao trabalho doméstico com a supressão de viagens, portanto, menos desperdícios energéticos, emissões de poluentes, congestionamentos e neurose urbana.

19. AR: A poluição atmosférica é uma das principais causas de degradação das saúde nos centros urbanos e periferias industriais.

Cabe:

a) aperfeiçoar seu monitoramento e elaborar novas leis e metas que acompanhem uma tendência internacional cada vez mais exigente;

b) reduzir as emissões automotivas, industriais e domésticas de gases de efeito local (particulado em suspensão, S02, CO, NOx hidrocarbonetos, ozônio, etc... de forma articulada com medidas de redução das emissões de dióxido de carbono(C02) e de metano que contribuem para o chamado efeito estufa (ou aquecimento global) dentro da meta de redução das emissões em 20% até o ano 2005, conforme prevê a Convenção sobre o Clima, adotada na Conferência Rio 92;

c) instituir a inspeção ambiental anual de todos os veículos retirando de circulação os irrecuperavelmente poluentes e obrigando os demais a cumprirem padrões progressivamente mais rígidos de emissão.

20. 0 Verde Urbano: As áreas verdes de florestas urbanas ou periféricas, parques, jardins e arborização de rua são indispensáveis para um ambiente urbano minimamente sadio. A preservação do verde urbano não passa pela tentativa de mantê-lo intocável mas pelo seu uso e aproveitamento bem organizado e compatível. O verde "selvagem" no espaço urbano é de extrema vulnerabilidade e sua não utilização, como unidade de conservação aberta a um uso regulado e disciplinado pela população, o expõe à ocupação irregular ou transforma em vazadouro de lixo e entulho. A existência de um sistema integrado de parques, corredores verdes, bacias de acumulação de águas pluviais, dotadas de vegetação compatível, bem como áreas livres de impermeabilização são importantes para uma qualidade de vida aceitável e para a prevenção de inundações. A arborização de rua – parte mais vulnerável do ecossistema urbano – tem um papel indispensável na mitigação do calor, da poluição do ar e sonora. A proteção e o manejo superavitário da arborização pública é um dos grandes desafios de ecologia urbana.

É preciso:

a) reflorestar as áreas desmatadas e/ou degradadas em encostas, faixas marginais de proteção de lagoas, rios e canais, áreas de mangue e restinga, sempre que possível, através de mecanismos que mobilizem as comunidades como, por exemplo, o mutirão remunerado;

b) tirar do papel e implantar efetivamente as unidades de conservação urbanas que devem ser demarcadas, sinalizadas, protegidas e dotadas de infra-estrutura, buscando-se parcerias com ONG e empresas privadas para sua implantação prática e conservação;

c) proteger e manejar adequadamente a arborização de rua assegurando que a sobrevivência e desenvolvimento das espécies plantadas ultrapasse amplamente as perdas inevitáveis dentro de um cronograma gradualista e cuidadoso. Instituir rotinas de tratamento das espécies doentes e uma política de podas cuidadosa e apropriada;

21. Urbanismo Verde: O urbanismo vigente é condicionado pelo rodoviarismo, pelo primado absoluto do transporte individual e dominado pelo modernismo concepções que promovem a desintegração social e um virtual **apartheid** urbano opondo dois universos: de um lado a classe rica e média, motorizada, em bairros residências e condomínios fechados e do outro os pobres e excluídos em favelas ou periferias miseráveis. Um urbanismo verde que conceba a cidade como parte da natureza que a cerca e como espaço democrático de integração social e solidariedade, considera a rua como local privilegiado de convívio e questiona as propostas que tendam a segregar ou isolar.

O urbanismo verde defende:

a) o conceito de usos múltiplos com ruas onde se compatibilize o residencial com o comercial, espaços culturais e de lazer, etc... quebrando-se as segregações rígidas que condicionam horários vazios (portanto de insegurança) e induzem a deslocamentos automobilísticos mais freqüentes e longos;

b) O estímulo ao comércio lojista de rua como forma de manutenção do multiuso dos bairros e a construção de shopping condicionados ao planejamento urbano sustentável. Uma tipologia urbana mais densa e tradicional, que permita a redução dos desperdícios energéticos e dos investimentos em infra-estrutura;

c) as calçadas livres para a circulação e o convívio coibindo sua ocupação abusiva e desordenada, disciplinando o comércio informal em áreas compatíveis;

d) a municipalização das políticas habitacionais com utilização dos recursos do sistema financeiro de habitação na construção de habitações para os setores mais carentes, privilegiando soluções comunitárias, baratas e em dimensões sustentáveis, em sistema de compras coletivas e mutirão;

e) a urbanização de favelas, sua integração à cidade formal com titulação dos moradores e uma legislação urbanística específica;

f) limitação do crescimento das favelas já existentes, sobre áreas verdes contíguas, criando limites físicos, procedendo à educação ambiental e a pactos de auto-regulação do crescimento em contrapartida de benfeitorias e programas de mutirão remunerado;

g) fornecimento de lotes urbanizados e de material de construção para a população carente, em áreas adequadas, preferencialmente em escala pequena e média;

h) desestímulo à criação de grandes conjuntos em áreas distantes de periferia, onde não existe infra-estrutura e os custos de transporte em tempo e dinheiro são exorbitantes para os moradores;

i) enfrentamento da ocupação irregular em áreas de risco, de proteção ambiental e de mananciais, combate à industria das invasões e da construção e comércio de habitações precárias nestas áreas. Criminalização efetiva da grilagem urbana e do parcelamento ilegal;

j) o combate à poluição sonora e visual;

k) implementação da Agenda 21 no plano local.

Programa: 4 – Cultura e Comunicação

22. A extraordinária riqueza cultural do Brasil vem sendo duramente corroída pela falta de apoio adequado e pela ação de variados predadores culturais. O poder público não pode estar ausente do apoio à produção cultural e artística mas também não pode ser um canal hegemônico para tanto. Deve haver apoio e subsídio às atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário que tenham dificuldade de se viabilizar através do mercado. Por outro lado o poder público deve zelar para que as iniciativas culturais e artísticas que apóie sejam elementos de afirmação da democracia, da tolerância, da paz e da preservação do meio ambiente. O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica.

Cabe:

a) fomentar o livre florescimento da cultura e das artes, criando novos espaços culturais e dando apoio ao cinema, teatro, literatura, artes visuais e musicais e financiando projetos escolhidos por rigoroso concurso, sem práticas de compadrinhagem e tráfico de influência;

b) difundir os valores da defesa do meio ambiente, da não-violência, da fraternidade e solidariedade humana e do respeito à diferença;

c) democratizar e descentralizar os meios de comunicação de massa permitindo o acesso dos cidadãos a rádios e TV livre procurando propiciar uma situação onde muitos cidadãos possam se dirigir a muitos outros cidadãos;

d) adotar mecanismos de desestímulo e taxação sobre "enlatados" de TV estrangeiros que explorem a violência;

e) por fim da tutela exclusiva do poder político sobre as concessões de TV e rádio;

f) determinar a difusão gratuita, em horário nobre, de mensagens educativas relativas à prevenção de acidentes e respeito às regras de trânsito, educação ambiental e sanitária e outras mudanças comportamentais em escala social que sejam fundamentais para dar mais segurança e melhorar a qualidade de vida;

g) defender a cultura em todas suas manifestações artísticas e religiosas, independente de sua origem étnica;

h) combater o racismo contra negros, judeus, orientais, ciganos ou quaisquer outros que deve sofrer repressão enérgica e ser objeto de uma constante campanha educativa ensinando o respeito e a tolerância;

i) defender a liberdade sexual, no direito do cidadão dispor do seu próprio corpo e na noção de que qualquer maneira de amor é valida e respeitável;

j) por fim à discriminação do deficiente físico ou mental bem como ao preconceito de que não seriam aptos ao trabalho à criatividade e à vida afetiva;

k) combater a discriminação contra o idoso.

l) defender os direitos à cidadania plena de todos os portadores de doenças estigmatizantes contra quaisquer formas de discriminação dentro e fora do mercado de trabalho.

Programa: 6 – Saúde

23. A crise da saúde passa por uma mudança radical da mentalidade dominante que a considera como uma mercadoria da indústria farmacêutica. Deve se dar ênfase à medicina preventiva, sanitarista e à eliminação das agressões ambientais com maior espaço para as terapias alternativas, evitando a doença educando a população quanto à higiene e à alimentação sadia, socializando o saber-saúde.

A recuperação da saúde passa pelo:

a) estímulo a uma formação médica holística. Tratar ao doente e não a doença;

b) estímulo à democratização das informações, capacitando a pessoa ao auto-conhecimento, auto-confiança e auto-cura;

c) reabilitação da medicina pública através da elevação do nível salarial dos profissionais da saúde, implantação efetiva do SUS e afastamento dos postos de poder de médicos e gestores ligados aos interesses da medicina privada e seguros saúde, que devem se moldar às condições de mercado sem favorecimento cartorial do Estado;

d) combate permanente às fraudes nos estabelecimentos conveniados;

e) estimular a formação de agentes comunitários de saúde com ênfase na saúde preventiva e nas terapias alternativas;

f) implementação de uma campanha permanente de prevenção da infecção hospitalar;

g) reaparelhamento dos setores de emergência e programas médicos específicos para mulheres, idosos, crianças, adolescentes e trabalhadores;

h) rigoroso controle da qualidade do sangue e outros hemoderivados;

i) realização de campanhas de educação e prevenção às doenças infectocontagiosas, investimento na pesquisa de terapias, isenção total de taxas e trâmites burocráticos para a importação de medicamentos essenciais de qualquer espécie, notadamente para os portadores de HIV e de outras doenças infecto-contagiosas de caráter grave, se consideradas epidêmicas ou pandêmicas, com rígida fiscalização.

Programa: 7 – Reprodução Humana e Cidadania Feminina

24. A hegemonia dos valores ultrapassados representa um desequilíbrio que prejudica o conjunto da sociedade. Uma política de reprodução humana deve levar em conta a necessidade de estabelecer um sistema efetivo e democrático de acesso às práticas e técnicas de planejamento familiar livre e informado, que se baseie na contínua educação de homens e mulheres para a contracepção e o combate às DST/AIDS.

Constituem elementos para essa política:

a) o combate à discriminação, ao machismo, ao sexismo e à violência doméstica mútua em suas mais variadas formas;

b) combate a todas as formas de exploração da prostituição e à utilização arbitrária do corpo humano no seu todo ou em partes, para a exploração comercial e/ou como objeto de qualquer pesquisa realizada fora dos paradigmas internacionais de ética médica

c) a orientação sexual, à assistência à gestante e ao ensino de métodos de contracepção. A política da natalidade deverá ser feita por métodos essencialmente educativos e democráticos, coibindo-se a prática de esterilização compulsórias e/ou ardilosas que não levem em conta a vontade de homens e mulheres;

d) a fiscalização rigorosa das práticas de manipulação genética e inseminação artificial para coibir qualquer extrapolação que possa levar à criação de vida humana em laboratório, reconhecendo-se como princípio fundamental o direito de toda criança a um útero;

e) a inserção da Bioética como matéria obrigatória dos currículos de segundo e de terceiro grau, nas áreas humana e de saúde;

f) incentivo ao parto natural, ao aleitamento materno e ao controle de cesarianas desnecessárias;

g) legalização da interrupção voluntária da gravidez com um esforço permanente para redução cada vez maior da sua prática através de uma campanha educativa de mulheres e homens para evitar a gravidez indesejada.

Programa: 8 – Justiça e Segurança

25. Além da questão social – miséria e concentração da renda dentro de um contexto cultural sofregamente consumista que ocupa um papel central no aumento da criminalidade, há outros aspectos estimulantes da violência: a impunidade, o funcionamento ineficiente, moroso e socialmente discriminante da justiça, o mau funcionamento, a contaminação pela criminalidade, despreparo, desorganização, falta de recursos e estratégia equivocada das instituições policiais e a disseminação de uma cultura de brutalidade e glamourização da violência. As propostas de reforma do judiciário e das instituições de segurança pública passam por mudanças constitucionais, reformas no código penal, reformas no judiciário e nas policias.

Os objetivos desse elenco de medidas serão:

a) uma justiça democratizada, informatizada e ágil, com um controle independente;

b) novas leis, que acompanham a evolução dos problemas e os costumes da sociedade, para os delitos econômicos e os chamados crimes de colarinho branco. Reforma do código penal para coibir de forma mais eficaz crimes de tortura, terrorismo e catástrofes ecológicas.

c) o fim da competência das auditorias de Polícia Militar para o julgamento de crimes cometidos pelos seus integrantes contra civis, ficando seu alcance restrito a questões disciplinares da corporação e crimes militares;

26. Combate à criminalidade violenta deve ser a prioridade absoluta de toda a ação policial com uma concentração dos esforços preventivos e repressivos no combate aos crimes contra a vida e a integridade física dos cidadãos e uma vigorosa estratégia de desarmamento, com a apreensão e destruição do armamento circulante, nas cidades e no campo. Uma drástica limitação do porte e aquisição de armas.

Cabe:

a) uma lei de desarmamento criminalizando o porte ilegal de armas e punindo com particular severidade a posse, contrabando ou comércio de armamento de guerra privativo das Forças Armadas;

b) criação do juizado de instrução com autoridade sobre os inquéritos policiais;

c) redução da idade de responsabilidade penal para 16 (dezesseis) anos, nos casos de crime contra a vida e a integridade física;

d) priorização da prevenção e repressão a crimes contra a pessoa como o homicídio, o latrocínio, o seqüestro, o estupro, na operação policial do dia-a-dia;

e) a descriminalização de atividades como os jogos de azar e o jogo do bicho, cuja ilegalidade, além de inócua, termina por estimular crimes muito mais graves como a corrupção passiva e a extorsão policial;

f) combate sem tréguas à prática da tortura como método de trabalho policial;

g) melhoria das condições de trabalho das Polícias Militar e Civil e uma nova estratégia visando aproximá-las da população através de conselhos comunitários de segurança com ênfase no policiamento comunitário;

h) investimento no aprimoramento humano, cultural, técnico e científico das polícias, com sua informatização e reforço da capacidade de investigação;

i) uma política penitenciária de descentralização e moralização e unidades menores, com a preocupação de fazer com que as prisões deixem de ser escolas do crime e da barbárie e se convertam em locais de trabalho e recuperação;

j) criação de penas alternativas à reclusão carcerária;

k) consolidar a implantação e a manutenção das delegacias da mulher como forma de coibir e combater os crimes e violências contra a mulher;

1) implantação e manutenção das Delegacias de Meio Ambiente para combater os crimes ambientais.

27. Política de Drogas: a droga é hoje uma das maiores atividades da economia mundial com um mercado anual entre 500 e 700 bilhões de dólares, dos quais boa parte é lavado pelo sistema financeiro e reinvestido em setores da economia formal! O atual fracasso retumbante das estratégias anti-drogas só poderá ser corrigido por um esforço concentrado internacional para a formulação de uma nova política mundial de drogas, mais lúcida e realista, que priorize a informação como mecanismo básico de prevenção, o fim do morticínio associado às disputas pelo controle de comércio ilegal superlucrativo e a sua repressão. As guerras de drogas constituem causa de mortes e sofrimentos humanos muito maior do que os efeitos de saúde pública do consumo e abuso das

drogas em si. As atuais estratégias de repressão anti-droga só fortalecem do poder dos traficantes, favorecendo a seleção natural dos mais aptos e a constituição de autênticos impérios, capazes de colocar em xeque o próprio estado democrático.

28. Uma nova política internacional provavelmente passará pela legalização e fornecimento, controlado pelo Estado, como forma de solapar e inviabilizar economicamente os grandes cartéis da droga, diminuir substancialmente as mortes e sofrimentos associados ao tráfico e à repressão, e tratar as drogas como uma grave questão de saúde pública, assistência e grandes campanhas educativas, não mais uma guerra impossível de vencer. As condições internacionais ainda não amadureceram para essa nova concepção e faltam estudos melhores sobre as formas mais prudentes de colocá-la em prática. Nessas circunstâncias, dentro de um escopo nacional, portanto limitado, cabe apenas atenuar os aspectos mais irracionais e danosos da situação atual.

O PV propõe:

a) uma nova Lei de Entorpecentes, legalizando o uso da Canabis Sativa para fins industriais, médicos e pessoais, descriminalizando o uso de drogas, que passa a ser encarado, em situações de dependência de drogas pesadas, como um problema de saúde e não de repressão e prisão;

b) encarar o consumo como um problema policial apenas nos casos em que estiver associado a algum outro delito, hipótese em que entrará como agravante como ocorre atualmente com o abuso de álcool;

c) penalização diferenciada na repressão ao tráfico classificando as drogas em categorias, de acordo com o grau de dano que podem provocar à saúde. Dessa forma se evita, na repressão, o nivelamento de drogas de efeitos nocivos muito diferenciados, o que na prática estimula o tráfico das mais pesadas e nocivas que são mais rentáveis"

d) priorização para o investimento de bens móveis e imóveis apreendidos nas operações de repressão ao tráfico em atividades e entidades comunitárias de cunho cultural e educacional, como forma de favorecer a valorização e inserção saudável do indivíduo em seu meio social;

e) incentivar a criação dos Conselhos Municipais de Entorpecentes;

f) inserir na grade curricular dos cursos de formação de professores, matéria específica relativa ao tema e reciclagens constantes, que permitam a ampliação e atualização da ação informativa dos profissionais de educação, dissociando esta abordagem de aspectos pessoais não respaldados cientificamente;

g) campanhas de esclarecimento nas escolas e nos meios de comunicação sobre os efeitos nefastos dos produtos químicos que compõem a alimentação industrializada, o uso de agrotóxicos na agricultura, bem como a utilização regular de drogas ditas socialmente aceitáveis, tais como medicamento, álcool, café, tabaco e outras substâncias perniciosas à saúde.

Programa: 9 – Defesa Nacional

29. A política verde para a Defesa Nacional objetiva a modernização das Forças Armadas e a incorporação à doutrina e rotina militar da missão de proteção do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros. A capacidade operacional das Forças Armadas e seu nível tecnológico devem ser preservados para poder fazer frente a qualquer contingência. Embora não se perfilem como prováveis conflitos com países vizinhos nem distantes tais hipóteses nunca podem ser totalmente descartadas. Outra missão emergente é um controle mais efetivo sobre as fronteiras e, particularmente, sobre o fluxo de armamento de guerra cujo monopólio nas mãos das Forças Armadas é uma das condições fundamentais para o estado de direito. Também é lícita a intervenção militar para impedir que áreas do território nacional passem ao controle de bandos com armamento de guerra. Essa intervenção sempre por convocação do poder civil deve se limitar a um papel de apoio, bem coordenado com as instituições policias e controlado pela justiça.

São propostas do PV para a defesa nacional:

a) a criação do Ministério da Defesa. Com o fim dos ministérios militares o comando das três forças passaria a ser exercido por oficiais chefes dos estados-maiores das três armas, subordinados ao Ministro da Defesa e ao Presidente da República;

b) o fim do serviço militar obrigatório, com a criação da prestação de serviço na área civil, e a profissionalização do contingente;

c) a consolidação de uma nova doutrina de Defesa Nacional incorporando o conceito de defesa do meio ambiente e dos ecossistemas brasileiros;

d) o direito ao voto dos soldados e marinheiros

e) manutenção do padrão salarial dos militares em níveis compatíveis com suas responsabilidades e sacrifícios;

f) os grandes projetos de defesa das fronteiras e de proteção do território e do espaço aéreo, principalmente na região Amazônica, deverão ser compatíveis, assegurar uma independência tecnológica e compatibilizar a defesa da fronteira norte com a preservação da floresta e das nações indígenas da região.

Programa: 10 – Energia

30. Os desperdícios e o predomínio de uma matriz energética não sustentável vêm criando crescentes custos ambientais, sociais e econômicos, apesar das potencialidades e vantagens comparativas que o país dispõe nesse campo. Os verdes defendem um modelo energético sustentável baseado na economia, no fim de privilégios tarifários e na adoção de tecnologias limpas, eficientes e não poluentes.

31. Economia de Energia com o melhor aproveitamento da capacidade já instalada. É possível se atingir, a médio prazo, uma redução de 30% através da diminuição do desperdício e racionalização do consumo.

Cabe:

a) implementar programas de economia de energia em todas empresas, estabelecimentos, instituições, residências e logradouros públicos;

b) modernizar a rede de distribuição de energia para coibir perdas e desperdícios;

c) promover uma política tarifária socialmente equilibrada, suprimindo subsídios, educando o consumidor;

d) investir em tecnologias e produtos cada vez mais poupadores de energia;

e) estimular do uso da energia solar com incremento à importação e a transferência de tecnologia que leve ao seu barateamento e cada vez melhor rendimento;

f) incentivar a pesquisa e aplicação em energia eólica (cata-ventos), geotérmica e de marés;

g) construir usinas termoelétricas movidas à gás natural e hidroelétricas de pequeno porte como mini-barragens e turbinas subaquáticas;

h) descentralização da geração de energia elétrica e em certas regiões concessão da sua produção e exploração a empresas privadas, estabelecendo-se mecanismo de controle social.

32. Nuclear, Não Obrigado: a política nuclear, instituída pela ditadura militar deve ser finalmente revista livrando o Brasil do perigo e do desperdício.

O PV defende:

a) a renúncia definitiva a qualquer forma de utilização da energia nuclear para fins militares;

b) a ratificação do Tratado de Tlatelolco, de desnuclearização do continente e elaboração de um tratado internacional de desnuclearização do Atlântico Sul;

c) o descomissionamento da usina de Angra I, a reciclagem de Angra II para uma termoeléctrica movida a gás natural e a não construção de Angra III;

d) o cancelamento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha;

e) a criação de uma Agência Nacional de Energia Nuclear para centralizar as atividades nucleares admitidas: reatores de pesquisa, sob controle internacional e da comunidade científica brasileira;

f) controle sobre os equipamentos médicos que utilizam materiais radioativos;

g) passagem da usina de enriquecimento de urânio de Aramar para controle civil e produção de urânio enriquecido apenas para as finalidades permitidas;

h) prosseguimento das pesquisas e acompanhamento das feitas no exterior com relação às técnicas de fusão nuclear;

i) alocação segura e definitiva do lixo nuclear já existente.

33. Petróleo, Álcool e Gás Natural: O modelo energético baseado na abundância e preço baixo do petróleo tem efeitos de longo prazo extremamente negativos contribuindo para o aquecimento global e para a poluição atmosférica com gases de efeito local. O baixo preço do petróleo vem desestimulando a pesquisa e o investimento em combustíveis limpos, protelando a introdução no mercado de veículos movidos a eletricidade e outros combustíveis alternativos. O poder público precisa intervir para abrir caminho a essa mutação tecnológica que a lógica atual do mercado mundial está entravando.

Cabe:

a) a instituição de uma taxa ambiental de 1% sobre combustíveis fósseis para financiar programas de despoluição, monitoramento da poluição atmosférica e pesquisa de tecnologias limpas com a alocação desses recursos, carimbados, para um fundo específico;

b) estímulo à pesquisa de combustíveis alternativos como o biodiesel da soja, do babaçu e resíduos domésticos das caixas de gordura;

c) a isenção de taxa de importação para equipamentos e tecnologias que melhorem o rendimento dos veículos elétricos e que transfiram a tecnologia das células de energia (geração elétrica a partir do hidrogênio);

d) a busca da auto-suficiência na produção de petróleo através da flexibilização do monopólio da Petrobrás (mantendo-se o da União) e da recuperação financeira da empresa através de uma política de preços realista e diferenciada usando a gasolina para subsidiar um preço menor do diesel, do gás natural e do GLP (gás de uso doméstico);

e) redução do preço do gás natural de forma a tornar sensivelmente vantajoso o investimento para sua utilização. Estímulo à pesquisa para melhorar o rendimento dos motores à gás;

f) revisão do Programa Pró-Álcool em relação às suas conseqüências sócio-ambientais e a busca de fontes alternativas à cana de açúcar.

Programa 11 – Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas

1. O fio condutor da política nacional de meio ambiente deve ser os compromissos assumidos na Conferência Rio 92 e expressos na Agenda XXI, nas Convenções e o Tratado das ONG – Nossa Agenda. Por outro lado cabe a uma política nacional de meio ambiente criar condições para que o poder local leve a bom termo seus programas e para agir supletivamente onde ele esteja dominado por interesses comprometidos com a devastação e a poluição ambiental.

O PV defende como prioridades para uma política nacional de meio ambiente:

a) defesa dos mananciais e bacias hidrográficas com um planejamento e uma ação específica através da criação de comitês de gerenciamento, visando a preservá-los e a garantir a qualidade da água, com a participação paritária do governo, ONG e outras entidades da sociedade civil.

b) revisão da filosofia de "recursos hídricos" adoção de uma nova legislação de águas que consagre aprioridade da defesa e despoluição de rios, lagos, mananciais e lençóis freáticos do ponto de vista ambiental e de abastecimento à população, subordinando sua exploração econômica à uma taxação progressiva relacionada à intensidade dos usos e o impacto ambiental dos mesmos.

c) controle e redução drástica da utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas, buscando estimular e ensinar práticas de controle biológico das pragas;

d) adoção de metas e padrões progressivos de redução de emissões, investimento na pesquisa de tecnologias limpas e estímulo fiscal à implantação e ao fortalecimento a indústrias de equipamentos antipoluentes.

e) adoção de nova legislação de disposição de resíduos sólidos industriais e domésticos com ênfase na reciclagem, na eliminação dos descartáveis, na limitação do uso dos plásticos na simplificação e obrigatoriedade de reciclagem das embalagens.

f) implementação de uma política de recuperação de ecossistemas em todo o país;

g) demarcação, sinalização, regularização fundiária e manejo adequado das unidades de conservação ambiental;

h) defesa do Pantanal com a intensificação da fiscalização e combate aos coureiros e ao contrabando;

i) defesa do Cerrado com o seu zoneamento, a diversificação de culturas, reflorestamento, manejo adequado das queimadas e estímulo à produção de alimentos;

j) defesa da Mata Atlântica através de uma ação combinada com os governos de estados e municípios e ONG de reflorestamento, fiscalização e implantação efetiva de parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação;

k) gerenciamento costeiro com a criação de conselhos de defesa do litoral, a mobilização dos recursos da marinha no controle da poluição do mar. O estímulo ao manejo dos ecossistemas marinhos e aquáticos. A defesa da fauna marinha e combate à pesca predatória.

2. Defesa e Ecodesenvolvimento da Amazônia: a preservação da maior floresta tropical úmida do planeta é uma questão primordial. Ela passa por medidas práticas de defesa da floresta e dos seus povos; pela mobilização internacional de recursos financeiros e tecnológicos para apoiar essa preservação, inclusive por operações de conversão da dívida externa e pelo estímulo a um desenvolvimento econômico baseado na retomada e intensificação das tradicionais atividades extrativistas (borracha, castanha, babaçu, açaí, juta, ervas medicinais entre outros), na biotecnologia e na exploração sustentada e criteriosa de recursos madeireiros e minerais, dentro de um rigoroso zoneamento ecológico da região.

Para tanto cabe:

a) a supressão definitiva de todos os créditos, inclusive o rural e quaisquer incentivos fiscais às atividades pecuárias e madeireiras em áreas de floresta na Região Amazônica;

b) a mobilização das Forças Armadas para a defesa do ecossistema amazônico contra a devastação, com a formação de batalhões florestais especializados no patrulhamento e na educação ambiental;

c) a demarcação, estímulo e assistência às reservas extrativistas sob controle de seringueiros, castanheiros, pescadores entre outros, com concessões de uso da terra por um período não inferior a 30 anos;

d) a regulamentação da atividade madeireira dentro de um zoneamento rigoroso em técnicas de manejo sustentado;

e) a proibição da exportação de madeiras em tora permitindo-se apenas a de artefatos de madeira;

f) o controle rigoroso da comercialização de motosserras, fechamento de serrarias clandestinas e estímulo ao reflorestamento de áreas devastadas;

g) a criação de uma guarda florestal voluntária, constituída de seringueiros com a missão de defender as reservas extrativistas, protegendo-as de desmatamentos e queimadas e auxiliar as Forças Armadas na vigilância das fronteiras;

h) a revisão da política de colonização da região com zoneamento das áreas com vocação agrícola, educação do pequeno agricultor para evitar a prática de queimadas e planejamento da construção e pavimentação de estradas dentro de uma política de ligação entre centros urbanos e localidades evitando-se a construção de rotas de devastação;

i) a demarcação das terras indígenas, com garantia de soberania territorial e respeito à cultura e às tradições das diversas Nações Indígenas. Defesa das terras demarcadas contra invasões de garimpeiros, grileiros e madeireiros e implantação de um plano de gestão preservacionista destas áreas. Revogação do Decreto nº 1.775/96 que permite a contestação das demarcações já efetivadas;

j) a supressão das disposições do projeto Calha Norte no tocante à transformação de tribos indígenas em colônias agrícolas e do recrutamento de índios para o serviço militar;

k) a regulamentação e controle das atividades de mineração, cumprindo o disposto na Constituição obrigando à adoção de técnicas não poluentes e à recomposição da cobertura vegetal das lavras, após sua exploração. Assistência à realocação de garimpeiros que atuam em áreas proibidas;

l) a definição de uma política científica e tecnológica com a participação de Universidades e órgãos e instituições técnico-científicas, com linhas de pesquisa voltadas para a tecnologia tropical e biotecnologia;

m) a revisão dos projetos de grandes barragens hidrelétricas na região. Prioridade a projetos de hidroelétricas de pequeno porte e termoelétricas movidas a gás natural e óleo de babaçu;

n) a suspensão de projetos de siderúrgicas de ferro-guza do programa Grande Carajás, alimentadas a carvão vegetal até que seja encontrada uma solução que minimize seus impactos ambientais. Negociação com a CEE para a importação a preço ecologicamente subsidiado de carvão mineral para abastecer o projeto;

o) a regulamentação do art. 225 da Constituição para criminalizar os delitos ambientais, especialmente no tocante às queimadas em florestas nativas e áreas de proteção e nascentes;

Programa: 12 – Política Externa Planetária

34. O fim da guerra fria; a internacionalização galopante da economia e dos mercados; a perda de poder e controle dos governos e estados nacionais sobre os fluxos especulativos de capitais; o fortalecimento da xenofobia, do racismo, do nacionalismo, do integrismo religioso e dos conflitos étnico-culturais; a crescente preocupação com o meio ambiente expressa na Rio 92; os processo de paz da África do Sul, na América Central e no Oriente Médio alteraram completamente a situação mundial. O Brasil aparece como um dos países importantes no cenário mundial da virada do milênio.

São bases para uma política externa verde:

a) defesa da implementação planetária dos compromissos da Rio 92, particularmente das Convenções e da Agenda 21;

b) participação permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU;

c) reorientação do Banco Mundial, Banco Interamericano, FMI, e GATT no sentido do estímulo ao desenvolvimento sustentado, da renúncia a projetos de impacto ambiental negativo, ao receituário econômico fomentador de miséria, desemprego e concentração de renda e de estratégias de comércio internacional que estimulem a devastação ambiental;

d) postura firme de defesa da paz, da democracia e dos direitos humanos, em todos os países do mundo e firme oposição ao racismo, à xenofobia, aos massacres e limpezas étnicas;

e) defesa do direito ao asilo;

f) postura militante contra a proliferação nuclear: ratificação do tratado de Tlatelolco e do Tratado de Não-Proliferação;

g) defesa na ONU e no GATT do princípio do valor ecológico agregado para produtos extrativistas da Amazônia e de outros ecossistemas ameaçados.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Exª será atendido, nos termos do § 2º do art. 210 do Regimento Interno, que trata do limite de páginas a serem publicadas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, traz-me à tribuna hoje uma enorme preocupação com os produtores de arroz do Estado de Mato Grosso.

A safra 1999/2000 dos produtores de arroz de Mato Grosso foi recorde: foram colhidos 2 milhões de toneladas. Até então, o máximo que se tinha alcançado era a produção da safra anterior, de 1998 para 1999, de 1,4 milhão de toneladas.

Mas, ao contrário do que se poderia supor, os produtores de arroz de Mato Grosso não estão comemorando o que se poderia considerar uma supersafra para a região. Indistintamente, grandes e pequenos agricultores enfrentam problemas de comercialização desde a colheita no início do ano.

O principal mercado consumidor do arroz matogrossense era o Nordeste. Ocorre que os produtores de lá, que vinham sofrendo fortes quebras de safra em função da seca dos últimos anos, neste ano foram afortunados pela chuva e pela recuperação da sua própria produção.

A felicidade dos Estados nordestinos, como Bahia, Maranhão e Piauí, de contribuir com a produção de um dos principais itens da cesta básica brasileira, infelizmente, não tem sido compartilhada pelos produtores de Mato Grosso.

Outro problema que contribui para o desespero dos nossos produtores de arroz é que Mato Grosso ainda está se preparando para ser o grande Estado agroindustrial do Brasil, mas atualmente temos poucas indústrias. Por isso, precisamos comercializar o arroz para outros Estados, mas infelizmente isso não tem sido possível.

Para se ter idéia do infortúnio dos produtores do meu Estado, basta dizer que os grandes produtores estão desovando sua produção a preços muito abaixo do preço mínimo de garantia do Governo Federal. A fim de evitar maiores prejuízos, eles têm comercializado o produto por R$8,00 a R$9,00 a saca de 60 quilos – muito abaixo do preço mínimo de garantia do Governo Federal, de pouco mais de R$13,00 a saca de 60 quilos. Hoje, nem mesmo os grandes produtores estão conseguindo mais colocação do produto no mercado, sendo obrigados a mantê-lo em estoque nos armazéns de Mato Grosso.

Pois bem, se a queda do preço tem provocado prejuízos aos grandes produtores, imaginem a situação dos pequenos, daqueles que dependem do crédito oficial para poder trabalhar. Aos milhares, eles têm sido as principais vítimas da falta de uma política agrícola para o País.

Apenas para ficar em um exemplo, vou relatar o que tem acontecido com os 530 associados da Cooperguarantã, todos do assentamento Pacotrel, uma das mais antigas e bem-sucedidas experiências do Incra em Mato Grosso, localizada no Município de Novo Mundo, no extremo norte do meu Estado, já na Mata Amazônica. Lá, os 530 cooperativados tomaram, no ano passado, empréstimos do primeiro lote do Projaf-A, que variavam de R$5 mil a R$10 mil, para o custeio de arroz, no Banco do Brasil. Acreditaram, portanto, num dos mais sérios e promissores programas de Governo de incentivo à pequena agricultura que tem dado certo em quase todo o País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, procurei a Presidência da Conab para interceder pelos assentados da reforma agrária de Novo Mundo e de Guarantã, que conseguiram financiamento do Pronaf junto ao Banco do Brasil. Eles plantaram, colheram e não conseguem comercializar a sua produção, não conseguem vendê-la sequer pelo preço mínimo. Os assentados da reforma agrária precisam se credenciar para o novo plantio, no próximo ano, mas o Banco do Brasil não tem aceito sequer a entrega de proposta para novos financiamentos, em função de os pequenos produtores não terem conseguido pagar aquilo que eles se comprometeram, ao se habilitarem ao Pronaf-A no ano passado. E não conseguiram, não por terem sido incompetentes com aquilo que se propuseram, mas porque o Governo não se habilita em comprar a produção.

Fiz ontem um apelo à Conab no sentido de que o Mato Grosso precisa de pelo menos R$50 milhões para atender todo o problema do arroz. Mas esses assentados, esses cooperados da reforma agrária, um milhão compra a produção deles. É injusto que a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura não priorize imediatamente a compra desses produtos, embora nossa defesa seja para que comprem toda a produção de arroz dos pequenos, dos médios e, também, dos grandes produtores do Estado do Mato Grosso.

Ontem, à noite, a diretoria de Cooperguarantã reuniu os assentados da Pacotrel para começarem a negociar o rateio dos prejuízos que a entidade vem acumulando, em função da crise da produção de ar-

roz do Mato Grosso. De acordo com a diretoria da cooperativa, somente com custos de armazenagens, sacarias adquiridas a juros altos, folha de pagamento e energia elétrica, a cooperativa acumula dívida de mais de R$200 mil. Além do prejuízo com a paralisação dos estoques sem comercialização, os pequenos produtores de Novo Mundo terão de arcar também com as dívidas da Cooperguarantã. Assim, esses 530 pequenos agricultores que vinham, por meio da organização e do cooperativismo, alcançando bons resultados com uma bem-sucedida experiência de assentamento agrário do Incra certamente cairão em desgraça ante o Banco do Brasil. Afinal, além de inadimplentes com o crédito tomado pelo Pronaf-A, os 530 produtores da Cooperguarantã não irão plantar este ano arroz, milho, feijão, restando-lhes apenas a opção do plantio de subsistência. É um retrocesso inaceitável num assentamento da reforma agrária que vem dando certo na Mata Amazônica.

A esperança deles seria a execução de um projeto de laticínio que já conta com a aprovação oficial de órgãos técnicos e de instituições financeiras, mas que, em função da inadimplência dos produtores, não tem como sair do papel. O Banco do Brasil, justificadamente, não libera os recursos para novo empréstimo ante a situação de inadimplência em que se encontram os assentados da reforma agrária, os pequenos produtores de Novo Mundo.

Em junho passado, quando o problema dos estoques começavam a se agravar, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura assegurou aos produtores que o Banco do Brasil estava autorizado a repactuar as dívidas dos produtores, adiando os vencimentos de junho e julho para novembro e dezembro deste ano, respectivamente. Ocorre que a orientação da diretoria do Banco do Brasil não é seguida pelos gerentes das agências bancárias. Praticamente ninguém em Mato Grosso conseguiu refinanciar sua dívida. Em Novo Mundo, o próprio gerente se negou a realizar a repactuação; mais que isso, tem se negado a receber propostas para o financiamento da próxima safra.

É essa a triste cena entre os produtores de arroz de Mato Grosso. Não se pode dizer, no entanto, que o Governo Federal tenha fechado os olhos para a regulação do mercado do arroz mato-grossense. Em abril e maio foram liberados recursos de AGFs para o arroz, que, em Mato Grosso, historicamente, representa a cobertura de 30 a 40% da produção, o suficiente para alavancar o mercado e a comercialização. Pois bem, a liberação de AGFs foi insuficiente, porque o Governo trabalhou sem a previsão do aumento da produção. O Governo destinou recursos para a aquisição de 450 mil toneladas de arroz, o que correspondia a cerca 30% da produção anterior do Estado, de 1 milhão e 400 mil toneladas, como havia dito no início do meu pronunciamento. O Governo Federal não levou em consideração a previsão de aumento da safra.

A reivindicação hoje dos produtores de Mato Grosso é que o Governo cubra exatamente a diferença que restara nos armazéns do Estado, que é de 208 mil toneladas. Com mais essa aquisição, cuja notas oficiais já estão empenhadas nas agências do Banco do Brasil de todo o Estado, certamente dará fôlego aos produtores, devolvendo-lhes a oportunidade de se habilitarem para novos investimentos.

A maior parte da produção de arroz estocada concentra-se em quatro Municípios: Sorriso, onde ainda restam 70 mil toneladas do produto; Sinop, com estoques de 50 mil toneladas; Guarantã do Norte, que inclui os desafortunados assentados do Incra de Novo Mundo, com 21 mil toneladas e; Colíder, onde os produtores deixam de vender 42 mil toneladas. Nos demais Municípios, restam mais 25 mil toneladas de estoques. O total, portanto, é de 208 mil toneladas acumuladas nos armazéns de Mato Grosso. O total necessário em AGFs é de R$50 milhões. Esses números me foram repassados pelo Deputado Pedro Satélite, que é o representante dessa região de Mato Grosso, e também pelos Deputados Federais Ricarte de Freitas e Nilson Leitão.

Sr. Presidente, para finalizar, quero deixar registrado o apelo para que a Secretaria de Política Agrária do Ministério da Agricultura atenda essa reivindicação dos produtores de arroz de Mato Grosso.

Mato Grosso não pode ser punido por ter atendido ao apelo nacional para que aumentasse a sua produção. E é isso que, lamentavelmente, vem ocorrendo com os pequenos produtores.

É urgente que a Secretaria de Política Agrícola se sensibilize e que determine, imediatamente, as compras dos produtos dos assentados da Reforma Agrária. O problema da Reforma Agrária não pode ser uma questão exclusivamente do Ministério, tem que ser uma questão de Governo. E o Governo que não compra a produção dos assentados não pode continuar fazendo discurso de que é favorável à Reforma Agrária no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna para fazer um registro sobre a geração de energia neste País, notadamente a energia elétrica.

O País está acuado, precisando, urgentemente, promover investimentos na geração de energia e não é apenas a energia elétrica a que me refiro. O País tem revelado um potencial enorme na possibilidade de gerar energia termoelétrica. Confesso que não entendo as razões que levaram o Governo a se desinteressar e desestimular um programa alternativo de energia tão importante como o Proálcool, um programa de geração de energia alternativa, de energia limpa, que poderia atender sobretudo ao apelo cada vez mais forte de ambientalistas, de nós todos, que desejamos uma atmosfera mais limpa para a nossa população, principalmente nos grandes centros.

O álcool poderia estar sendo utilizado no setor automotivo, com ganhos de qualidade para a população das grandes cidades e o País não ficaria refém das especulações daqueles que se dão ao luxo de, tendo o petróleo e conhecendo a demanda no mundo, estabelecer um verdadeiro cartel, reduzindo a sua produção com o propósito de elevar os preços. E os reflexos são extremamente danosos, porque o Brasil, ainda de forma equivocada, privilegia a malha rodoviária como sua principal modal de transporte. Essa situação de refém dos países produtores de petróleo tem colocado o Brasil numa dificuldade maior nesse esforço que vem fazendo para equilibrar a sua economia e voltar a fazer com que o País cresça novamente e possa, em decorrência da organização de sua economia, promover o bem-estar da sua população, eliminando as mazelas que ainda afligem a população brasileira, como o desemprego e outras conseqüências danosas.

No interior do Brasil, no Estado do Tocantins, vimos fazendo um esforço gigantesco para atender não só as necessidades do meu Estado, mas do País no que diz respeito à geração de energia elétrica. O Tocantins é um Estado privilegiado pela natureza, que foi extremamente dadivosa ao colocar ali duas das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras: os rios Araguaia e Tocantins. É um Estado novo, que V. Exª conhece, ajudou a criar e cujas ações para sua implantação e consolidação também contam com seu apoio. Estamos fazendo um grande esforço para vencer esse desafio enorme de geração de energia elétrica.

A demanda de energia do Tocantins é de 145 megawatts, para atender basicamente os seus 139 municípios. Estamos desenvolvendo um programa arrojado para levar energia elétrica ao meio rural, a milhares de brasileiros, que, como em Tocantins e em outras regiões do País, ainda não conhecem os benefícios da energia elétrica. Não é só a luz para afastar as trevas da noite nas casas dos moradores do campo, mas a possibilidade de ligar os equipamentos modernos que elevam o padrão social da nossa população, como um ventilador, uma geladeira, um ar-condicionado, o rádio, a televisão e, sobretudo, poder dar oportunidade ao homem do campo de modernizar e otimizar a exploração a que se dedica, quer na atividade pesqueira, quer na atividade pecuária, quer na atividade agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por essa razão, estamos construindo uma usina hidrelétrica no rio Tocantins, a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em parceria com o setor privado. A conclusão da obra está prevista para o ano que vem. A usina hidrelétrica será de grande porte, com um custo superior a R$1 bilhão, coisa inimaginável para um Estado pobre e novo. Mas, graças ao engenho, à arte e à criatividade do Governador Siqueira Campos, com a parceria do setor privado, conseguimos realizar esse grande empreendimento, que vai levar o Tocantins da condição de importador de energia para exportador de energia e ainda dar sua contribuição ao País, atendendo a essa demanda reprimida, tão acentuada e tão forte, que é a geração de energia, fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer povo e de qualquer nação.

Por essa razão, é com muita alegria que trago a esta Casa, nesta manhã, as informações sobre a construção da Usina Hidrelétrica do Lajeado Luís Eduardo Magalhães, cujo cronograma físico-financeiro está antecipado em 15 dias, o que é uma enorme alegria porque, além de estarmos batendo recorde nacional de tempo de construção, estamos conseguindo antecipar o cronograma da realização dessa obra tão significativa, tão importante para o desenvolvimento do País.

Era o registro que gostaria de fazer, nesta Casa, neste manhã, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 209, de 2000 (nº 1.474/00, na origem), pela qual o Presidente da Re-

pública comunica que se ausentará do País, no período de 24 a 28 de outubro do corrente, a fim de realizar visita ao Reino da Espanha.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 209, DE 2000
(Nº 1.474/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 24 a 28 de outubro corrente, a fim de realizar visita ao Reino da Espanha.

2. Além de encontros em Madri com o Rei Juan Carlos I, com o Presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar, e com o Secretário-Geral do Partido Socialista Operário da Espanha, José Luiz Rodrigues Zapatero, receberei das mãos do Príncipe Herdeiro Felipe, em cerimônia a realizar-se em Oviedo no dia 27 de outubro, o Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional.

3. Criado em 1981 por iniciativa da Fundação Príncipe de Astúrias, o prêmio vem sendo concedido a pessoas, grupos ou instituições que se distinguem nos campos da literatura, das artes, das comunicações, da ciência, dos esportes e da cooperação internacional. Goza de grande reputação no mundo ibero-americano e adquiriu amplo reconhecimento internacional na década de 90. Entre os agraciados neste ano, estão o escritor italiano Umberto Eco, o Arcebispo de Milão, Cardeal Carlo Maria Martini, os cientistas Robert Gallo e Luc Montagnier e a soprano norte-americana Barbara Hendricks.

4. A concessão do Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional demonstra a importância atribuída pela Espanha ao relacionamento com o Brasil, tradicional parceria que hoje se encontra em inédita fase de intensidade e dinamismo nos planos político, econômico e cultural.

Brasília, 19 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores Gilvam Borges e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no último dia 17, os grandes jornais concederam especial destaque ao relatório publicado pela agência Moody's. Nesse relatório, o Brasil é alçado a uma posição superior à obtida dois anos atrás, quanto ao grau de risco dos investimentos.

Apesar de ainda não ter entrado no seleto grupo de países, considerados de baixo ou baixíssimo risco, como os Estados Unidos, o Japão e a Noruega, a melhoria do posicionamento brasileiro no respeitável relatório da Moody's é um forte indicador para o investidor internacional que, a partir de agora, sentir-se-á mais seguro e inclinado a investir seu dinheiro no Brasil.

É preciso destacar ainda que, mais do que fator de atração de capitais internacionais, o novo *status* conferido ao País trará significativos reflexos para o custo dos empréstimos tomados no exterior pelas empresas nacionais.

Isso significa que as empresas brasileiras terão muito mais facilidade em obter crédito nas instituições financeiras internacionais, a uma taxa de juros significativamente menor, à medida que os juros embutidos nos empréstimos privados externos espelham o grau de risco do país onde a empresa está sediada.

Além de figurar numa posição mais privilegiada no mencionado relatório da Moody's, o Brasil também deve melhorar seu conceito segundo a não menos importante agência Standard & Poor's.

Matéria publicada na edição de ontem do jornal **O Globo**, informa que a vice-presidente sênior de análise de risco da agência de classificação Standard & Poor's, Vickie Tillman, em visita ao Brasil, confirmou que a empresa pode elevar o *rating* do país até dezembro deste ano.

O novo posicionamento brasileiro, de acordo com as abalizadas opiniões de técnicos do setor econômico, é fruto do controle da inflação, da confiança no poder de compra da moeda nacional, bem como de uma política de absoluta austeridade e de controle dos gastos públicos.

Os que se comprazem em diminuir as conquistas do Governo e, em especial, da equipe capitaneada pelo Ministro da Fazenda Pedro Malan, dirão, provavelmente, que a posição brasileira ainda é muito precária, à medida que o País é classificado como local de grande risco.

As opiniões desses críticos devem ser recebidas com as reservas de praxe, porque essas pessoas se recusam a aceitar que a economia brasileira vem dando evidentes sinais de recuperação nos últimos anos, sobretudo após a chamada crise da Ásia.

Não é de hoje, aliás, que os principais índices de atividade econômica e de desenvolvimento social

vêm dando claros sinais de que o Brasil vem atravessando um bom momento.

Importante salientar que o cenário positivo vivido pelo Brasil reflete-se não apenas nos indicadores fornecidos por instituições públicas e privadas internas, mas principalmente nos índices e relatórios produzidos por instituições internacionais que não têm o menor interesse em fornecer informações falsas ou maquiadas aos seus clientes sobre o nosso País.

Ressalto, uma vez mais, que as expectativas positivas do Brasil junto à comunidade econômica internacional é produto de um incansável trabalho das áreas técnica e política do Governo Federal que vêm dando provas incontestes de que o País deseja, firmemente, ocupar lugar de destaque na comunidade internacional.

Aqui desta tribuna, no dia 17 de abril do corrente ano, fiz pronunciamento analisando editorial publicado no **Jornal do Brasil** que fazia referência a excelente performance brasileira no cumprimento das metas pactuadas com o FMI.

Naquela oportunidade, parabenizei a equipe econômica do Governo, o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto.

Hoje, com a economia brasileira dando evidentes sinais de recuperação, reitero minhas sinceras homenagens a esses homens, na certeza de que o País trilha o caminho correto rumo à construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como muitos dos senhores, recebi o documento **Balanço Social**, da Caixa Econômica Federal, e quero aproveitar o ensejo para registrar alguns aspectos da atuação dessa centenária instituição, fiel, como poucas, ao compromisso de apoiar o desenvolvimento social e econômico do País.

Fundada em 1861, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador Dom Pedro II, a Caixa tinha como missão conceder empréstimos e incentivar a poupança popular. Um dos objetivos do Imperador era inibir a atividade de outras empresas que não ofereciam garantias aos depositantes e ainda concediam empréstimos a juros exorbitantes. A instituição atraiu príncipes, barões e escravos que, ávidos por comprarem suas cartas de alforria, nela depositavam seus recursos.

Daquele ano para cá, muita coisa mudou na vida do Brasil e da instituição de economia popular criada pelo Imperador Pedro II com capital inicial de 30 contos de réis. Entretanto, a Caixa sempre esteve ligada ao desenvolvimento social brasileiro. A vida da instituição sempre acompanhou a evolução social, econômica e cultural do País.

Na República, dividida em Caixas Federais e operando autonomamente nos Estados, a Caixa foi utilizada das mais diversas formas pelos sucessivos governos em programas de caráter social ou voltados para o interesse da população. Em 1969, as 22 Caixas Econômicas Federais foram fundidas numa única empresa pública, consolidando a instituição que veio a ser designada executora da política ditada pelo Conselho de Desenvolvimento Social – CDS.

Hoje, a Caixa ainda guarda alguma coisa de 1861: atenção aos pequenos depositantes e empréstimo sob penhor. Atuando em mais de 50 linhas de operações, a Caixa Econômica Federal é o maior banco de poupança do País e o maior agente do Sistema Financeiro da Habitação. Empresta dinheiro sob hipoteca, financia bens de consumo duráveis, empresta a funcionários públicos ou empregados do setor privado sob consignação ou ainda sob penhor.

Agente financeiro da política social do Governo, a Caixa desempenha importante papel no fortalecimento do chamado capital social básico, na instalação de infra-estrutura de educação, saúde, previdência social, trabalho e interior, contribuindo direta ou indiretamente para o desenvolvimento social e melhoria do bem-estar do homem brasileiro.

O **Balanço Social** aborda os números atingidos e aponta as inovações efetuadas pelo atuação da Caixa Econômica Federal em diversas áreas: recursos humanos, educação, loterias, preservação ambiental, apoio à cultura e ao esporte.

É possível constatar que a Caixa ofereceu treinamento a 51 mil funcionários, dos mais diferentes níveis, com um total de 283 mil participações. Com 55.558 funcionários, a Caixa é um dos principais empregadores do País, contribuindo para a geração de renda e o desenvolvimento social.

Com o objetivo de identificar, avaliar e apoiar as iniciativas capazes de melhorar a qualidade de vida

em diferentes comunidades, a Caixa lançou, em 1999, o Programa Melhores Práticas, que destaca as ações que mais contribuem, em âmbito nacional, para o desenvolvimento sustentado. De um conjunto de 114 projetos, 20 foram selecionados, a partir de critérios como parceria e fortalecimento da comunidade.

Em parceria com o Ministério da Educação, a Caixa tem proporcionado o acesso de milhares de alunos ao ensino superior, por meio do Programa de Crédito Educativo, recentemente substituído pelo FIES – Financiamento Estudantil. Esse apoio destina-se ao estudante universitário regularmente matriculado em curso de graduação não-gratuito. Na segunda metade do ano de 1999, já com o FIES, mais de 42,3 mil universitários foram beneficiados – incluindo 3,5 mil ex-bolsistas de instituições filantrópicas de ensino – com alocação de R$ 68,4 milhões.

No ano de 1999, a arrecadação das Loterias da Caixa teve o melhor resultado de sua história, atingindo o recorde de R$ 2,6 bilhões, com crescimento de 32,14% em relação ao ano de 1998. Com isso, foram repassados ao Governo Federal R$ 1,3 bilhão para aplicação em cultura, esporte, educação e outras áreas sociais.

Além de projetos de desenvolvimento urbano financiados com recursos próprios, do FGTS e do Orçamento Geral da União, a Caixa reforça sua condição de empresa-cidadã, valorizando ações de preservação ambiental. Em 1999, foi dado prosseguimento ao Programa de Pesquisa e Saneamento Básico, o PROSAB, cuja prioridade é apoiar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos, aumentando o alcance de tecnologias orientadas para a ampliação do acesso aos serviços de saneamento.

Com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, a Caixa mantém o Programa de Melhoramentos Comunitários – Pro-Comunidade, que concede financiamento para a realização de obras e melhoramentos públicos em parceria com o Poder Público e outros segmentos organizados da sociedade. As modalidades de investimentos compreendem obras para abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos, drenagem, melhoramento em vias públicas, distribuição de energia elétrica, construção e melhorias em áreas destinadas ao esporte, lazer e outros usos comunitários.

Em 1999, 187 instituições hospitalares sem fins lucrativos foram beneficiadas com créditos destinados a suprir suas necessidades de capital de giro por meio da antecipação de recursos a receber do Ministério da Saúde, destinados a internações e procedimentos ambulatoriais. Nesse trabalho de suporte, a Caixa aplicou cerca de R$ 82,4 milhões.

Ainda na área hospitalar, a Caixa, em parceria com o Ministério da Saúde e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – implantou o Programa de Reestruturação Financeira de Modernização Gerencial das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS. Com ele, a Caixa conseguiu atender a 15 entidades em 1999, somando recursos de R$ 187 milhões. A finalidade do crédito é viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro dessas instituições, assegurando melhoria e continuidade de prestação de serviços à população em geral.

Os vínculos entre a Caixa e a comunidade manifestam-se também por meio da valorização de iniciativas que, acima de tudo, destacam aspectos do que o Brasil tem de melhor: sua cultura, a garra e a força de sua gente. No apoio a iniciativas da área cultural, a Caixa atua em três diferentes frentes: patrocínio, realização de atividades em espaços próprios e promoções em espaços de terceiros, com exposição do acervo artístico do Banco. Em 1999, nesses três campos foram investidos cerca de R$ 1,5 milhão, beneficiando, sobretudo, eventos ligados ao teatro, dança e artes plásticas.

Desde 1993, a Caixa é a patrocinadora oficial do basquete brasileiro. Em 1999, a empresa investiu aproximadamente R$ 4,4 milhões na modalidade, patrocinando competições e incentivando a prática desse esporte, tendo realizado dois campeonatos internacionais sediados no Brasil e assegurado o apoio ao basquete em cadeiras de rodas.

Iniciativas de grande relevância para a melhoria do desempenho das administrações públicas traduzem-se em três programas: Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Estados, Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e Apoio à Administração Fiscal dos Municípios Brasileiros.

Além de estados e municípios, a Caixa está articulando parcerias com os mais diversos segmentos da sociedade, buscando novas e criativas soluções voltadas para o desenvolvimento local, integrado e sustentável e o bem-estar da população. As ações envolvendo parcerias tornam-se cada dia mais efetivas, proporcionando redução dos custos e beneficiando um maior número de pessoas. É uma estratégia na qual cada parceiro contribui para o desenvolvimento social do País, de acordo com sua capacidade.

Assim é que os programas e ações da Caixa abrangem um significativo universo de clientes que vai dos estados e municípios até os profissionais autônomos, passando pelo funcionalismo público, pelas pequenas e microempresas e pelos profissionais liberais, com ações as mais diversas, nos campos da habitação, do saneamento, do fortalecimento da agricultura familiar, do desenvolvimento agropecuário, da reforma agrária.

A ampliação do raio de atuação, entretanto, não fez a Caixa afastar-se de suas origens. Assim é que continua com suas atividades de Empréstimo sob Penhor e Consignação, Crédito Pessoal e Poupança.

O estudo de documentos da época da sua criação revela que muitos escravos utilizavam-se da segurança que a Caixa inspirava para ali depositar suas economias, qualquer real que percebessem, na esperança e na determinação de acumular os recursos necessários à compra de sua alforria, que significava a liberdade, o rompimento dos grilhões de ferro com que as leis de então os prendiam aos seus senhores.

Das negras amas-de-leite às elegantes damas do Paço Imperial, dos pequenos mascates aos graúdos da época, a Caixa Econômica reuniu, desde os seus primeiros dias, as poupanças de diferentes classes sociais. Até Machado de Assis tornou-se cliente da Caixa. Em 1876, conforme consta em sua ficha na CEF, depositava ali três contos de réis, importância que viria a ser, mais tarde, por ele legada em testamento a seus herdeiros. O escritor contava, então, 35 anos de idade.

Mais antiga do que se poderia, hoje, imaginar é a política de financiamento da casa própria. Datam de 1885 os documentos em que o Visconde de Ouro Preto propunha ao Parlamento que a Caixa Econômica concedesse financiamentos para a compra da casa própria.

Como se vê, senhoras e senhores, nestes seus 139 anos de existência, a história da Caixa Econômica confundiu-se com a própria história política, econômica e social do Brasil.

O **Balanço Social** que a instituição apresenta demonstra que a Caixa, a exemplo do que fez desde os seus primeiros dias, continua a pautar sua atuação por um constante trabalho de elevação dos níveis socioeconômicos do povo brasileiro.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os presentes trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 21 minutos.)

(OS 18664/00)

Ata da 132ª Sessão Deliberativa Ordinária realizada em 10 de outubro de 2000
(Publicada no **Diário do Senado Federal** de 11 de outubro de 2000)

RETIFICAÇÕES

Na Ata, à Página nº 20229, 2ª coluna, na subscrição da Proposta da Emenda à Constituição nº 40, de 2000, inclua-se por omissão, a primeira signatária:

Senadora Heloísa Helena.

.....

Na Página nº 20249, a coluna, no despacho final da aprovação do parecer nº 954, de 200, redação final do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000 – Complementar,

Onde se lê:

Aprovada.

A matéria vai a promulgação.

Leia-se:

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

.....

PUBLIQUE-SE
EM 20/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.072, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 013147/00-5,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CONSUELO DUTRA CABRAL VELHO, matrícula nº 2662, e AGNALDO SCÁRDUA, matrícula nº 4068, como gestora titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato nº 080/00, celebrada entre o Senado Federal e a WAV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 20/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.073, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013584/00-6,

RESOLVE dispensar o servidor FÁBIO ANDRÉ PINTO E SILVA, matrícula 2419, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Sergio Machado, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador José Alencar, com efeitos financeiros a partir de 16 de outubro de 2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 20/10/00
Diretor da SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.074, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013677/00-4,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO EVANGELISTA VAZ, matrícula 1016, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC-4, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 17 de outubro de 2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 20/10/00
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.075, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da tribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da esolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13716/00-0,

RESOLVE designar o servidor CARLOS ARTHUR PEREIRA, matrícula 2394, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, a Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 18 e outubro de 2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 20/10/00
p/ Diretor da SGPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.076, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013421/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor JONAS BARBOSA DA SILVA, matrícula 5126, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de outubro de 2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 20/10/00
Diretor da SAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.077, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013422/00-6,

RESOLVE dispensar o servidor JOSECLER GOMES MOREIRA, matrícula 2207, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de outubro de 2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/10/00

Diretor da SSAPES

p/

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.078, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13647/00-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ DE CASTRO PEREIRA NUNES**, matrícula n.º 30338, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, a partir de 17/10/2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 20/10/00

Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.079, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13629/00-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTONIO CARLOS GUILHERME SALLES DE CARVALHO**, matrícula n.º 30966, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Geraldo Cândido, a partir de 16/10/2000.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2000.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares	UF/Ramal	Suplentes	UF/Ramal
PMDB			
1. Casildo Maldaner (1)	SC/2141	1. Marluce Pinto	RR/1301
2. Ramez Tebet	MS/2221	2. Gerson Camata	ES/3203
3. Nabor Júnior	AC/1478	3. Jader Barbalho	PA/2441
4. Ney Suassuna	PB/4345	4. Renan Calheiros	AL/2261
5. Amir Lando	RO/3130	5. Carlos Bezerra	MT/2291
PFL			
1. Geraldo Althoff	SC/2041	1. José Agripino	RN/2361
2. Francelino Pereira	MG/2411	2. Carlos Patrocínio	TO/4058
3. Paulo Souto	BA/3173	3. Djalma Bessa	BA/2211
4. Juvêncio da Fonseca	MS/1128	4. Freitas Neto	PI/2131
PSDB			
1. Lúcio Alcântara	CE/2301	1. Antero Paes de Barros	MT/1246
2. Osmar Dias	PR/2124	2. Ricardo Santos	ES/2022
3. José Roberto Arruda	DF/2014	3. Romero Jucá	RR/2111
Bloco de Oposição			
1. Lauro Campos	DF/2341 (PT)	1. José Eduardo Dutra	SE/2391 (PT)
2. Heloísa Helena	AL/3197 (PT)	2. Marina Silva (2)	AC/2183 (PT)
3. Jefferson Peres	AM/2061 (PDT)	3. Roberto Saturnino	RJ/4229 (PSB)

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.
(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.
(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265

SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES –PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	PAULO HARTUNG–PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retirou-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em : 16/10/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1.	RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4.	JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9.	VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1.	EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2.	FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4.	PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE (3)	MA		7.	VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8.	VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1.	ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2.	RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3.	PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/77	1.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/37
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/87	2.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341//47
SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/47	3.	ROBERTO FREIRE–PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/99	4.	JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	5.	JEFERSON PERES – PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

(3) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Quartas–feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em: 16/10/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2.	JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)
Secretário: Altair Gonçalves Soares
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Atualizada em :16/10/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB - 3	
PFL - 2	
PSDB - 1	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1	

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF. Aprovado em 15/12/1999.

- ***Retirada as indicações pelas Lideranças***
- ***em 6 e 13.9.2000.***

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8.	ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE (3)	MA		6.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2.	OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3.	VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2.	ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187	5.	JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1.	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.
(3) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Terças–feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em : 16/10/2000.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	**RO-3130/32**
GERSON CAMATA	**ES-3203/04**
PEDRO SIMON	**RS-3230/32**
DJALMA BESSA	**BA-2211/17**
ROMEU TUMA	**SP-2051/57**
ÁLVARO DIAS	**PR-3206/07**
ARTUR DA TÁVOLA	**RJ-2431/37**
GERALDO CÂNDIDO - PT	**RJ-2171/77**
EMILIA FERNANDES - PDT	**RS-2331/37**

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br **ATUALIZADA EM: 27/03/2000**

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em: 06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7.	VAGO		
VAGO			8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5.	RIBAMAR FIQUENE (2)		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6.	FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2207	1.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Deixou o exercício do mandato, em 6/10/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Atualizada em 20/10/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		.SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062				
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346				
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195				

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057				
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237				
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255				

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117				

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3216	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES – PDT	AM	2061/2067				

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.
(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizado em :06/10/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	821	318 5821	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES — MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 09	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234196	AMIR LANDO	RO	##16	311 3130	323 3426
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7803
GERALDO ALTHOFF	SC	### 06	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3246	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*@ ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5328	318 2328	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 298	318 5298	318 2298

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas) e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

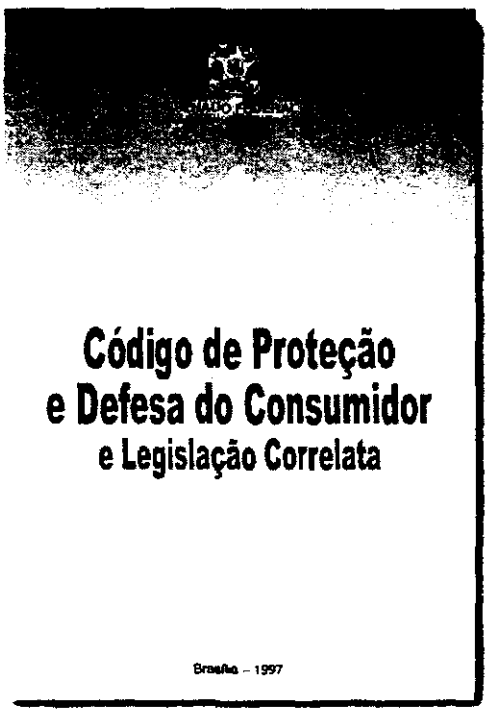
Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

e Legislação Correlata



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS